



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 27

Sessão Ordinária de Abril

Reunião de 29-04-1999

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, no Auditório 2 do Centro de Cultural e de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Presidente, pelo mesmo não estar presente, secretariado pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal João Pires da Rosa na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Álvaro Patrício do Bem, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Henrique Manuel Morais Diz, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Luís Miguel Capão Filipe, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Manuel Simões Madaíl, Rogério Mário Madaíl da Silva e Diogo Manuel Santos Soares Machado, as quais foram aceites e consideradas justificadas.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Seguidamente deu a conhecer à Assembleia, que a Comissão Eventual para a Designação dos Cidadãos Previstos no Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Aveiro, deliberou em reunião de 12 de Abril, que seriam os seguintes cidadãos a constituir o Conselho Municipal de Segurança de Aveiro: António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre; Dr. Castro Vaz, Dr. Helder Castanheira; João Carlos Albuquerque Pinto; padre João Gonçalves; Nelson Francisco de Jesus; Dr. Paulo Neto da Silveira Brandão; Rosa Maria Simões Correia Gadanho e o Dr. Rui de Brito.

Seguidamente apresentou à Assembleia a conclusão do relatório do Grupo de Trabalho - Academia das Ciências de Aveiro, que contempla dois pontos:

«1 - Se a sociedade civil aveirense se mostrar suficientemente dinâmica para, por si, criar uma Academia de Ciências, o Executivo Municipal, dentro das suas competências legais e se para tal for solicitado, não deverá deixar de, dentro das suas possibilidades, apoiar tal iniciativa;

2 - Tendo em linha de conta o conteúdo da moção presente na Assembleia Municipal e opiniões expressas por alguns dos participantes, se devia sugerir à Câmara Municipal de Aveiro a criação da Agência de Desenvolvimento Local como contida em linhas gerais no ponto 6.1.12 do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro.»

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do mês de Abril, cujos pontos se transcrevem:

Ponto n.º 1 - Comunicação Escrita do Presidente da Câmara;

Ponto n.º 2 - Câmara Municipal - Relatório de Actividades e Conta de Gerência relativos a 1998;

Ponto n.º 3 - Serviços Municipalizados - Relatório de Gestão e Contas de 1998;

Ponto n.º 4 - Apresentação do relatório a que se reporta o n.º 2 do artigo 49.º do Regulamento do PDM;

Ponto n.º 5 - Regulamento Orgânico e novo Quadro de Pessoal da Câmara Municipal;

Ponto n.º 6 - Plano de Actividades e Orçamento - 1.ª Revisão;

Ponto n.º 7 - Cedência à Universidade de Aveiro de terreno para a Escola Superior de Saúde;

Ponto n.º 8 - Aquisição de Bens:

a) Terreno da “Artibus”;

b) Terreno para a construção de Habitação Social em Azenhas de Baixo;

Ponto n.º 9 - Regulamento de concessão de regalias sociais aos Bombeiros.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário as seguintes actas:

Acta n.º 24 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 25 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 26 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Continuando e nos termos do art.º 60 do Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para intervir ao munícipe

Sr. Emanuel Lopes Lobo:

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Os representantes dos ex-trabalhadores da “FRAPIL”, vêm junto de V/Ex.as., expor as suas preocupações quanto ao desenrolar da aprovação do Plano de Pormenor Sá-Barrocas e solicitar os bons ofícios desta Assembleia e dos restantes órgãos deste Município de Aveiro, para os apoiar na resolução do grave problema que, presentemente, enfrentam.

Face a este pedido, tomam a liberdade de, resumidamente, expor os factos que levaram a esta situação, que se prolonga já por alguns anos.

A “FRAPIL”, sediada no cais de São Roque em Aveiro, era uma empresa de grande prestígio nacional e internacional que além de produzir máquinas de soldadura, era o também único fabricante em Portugal de alternadores, aparelhos de medidas eléctricas e transformadores de intensidade que, devido a dificuldades várias, apresentou em 1986 um processo de recuperação de empresa, no tribunal de Aveiro.

A viabilidade da empresa passou por uma concordata de credores homologada no mesmo tribunal em 1988, que passaria pela regularização dos seus débitos, a partir do ano seguinte. No entanto, não houve capacidade para levar por diante a viabilização da mesma e tudo não passou de meras intenções.

Face ao incumprimento da concordata de credores por parte da empresa, a partir de 1990 vários credores requereram a falência, mas só em 04 de Outubro de 1994 a mesma foi decretada e a empresa encerrada pelo tribunal apenas em 04 de Julho de 1995.

Posteriormente, assistiu-se a uma venda ao desbarato dos bens, móveis, que foram avaliados e vendidos a um preço irrisório.

Para não se repetir o mesmo com o imóvel solicitaram, há cerca de uma ano, à Câmara Municipal de Aveiro, uma informação prévia com vista a requererem junto do Tribunal Judicial de Aveiro, uma reavaliação justa do valor do imóvel.

Na Sequência deste pedido, foi-nos facultado em 22 de Julho de 1998, um parecer e o projecto do Plano de Pormenor Sá-Barrocas que foi remetido, de imediato, ao processo de falência.

Com base neste requerimento e por decisão judicial de 03 de Novembro de 1998, o Tribunal decidiu aguardar por seis meses a aprovação do Plano de Pormenor Sá-Barrocas.

Para uma reavaliação justa do valor dos terrenos e uma consequente venda favorável para a massa falida é, pois, fundamental a aprovação definitiva do referido Plano.

Os ex-trabalhadores da “FRAPIL” estão, assim, dependentes da venda dos terrenos para reaver o pagamento dos seus salários reportados ao ano de 1985, há portanto, catorze anos.

Por sua vez, a venda dos terrenos, depende da aprovação definitiva do Plano de Pormenor. Trata-se, pois, de uma situação de impasse.

Como é do conhecimento público, o Plano de Pormenor Sá-Barrocas inclui-se no grupo de Planos definido pela Câmara Municipal de Aveiro como prioritário. No entanto, também sabemos que, posteriormente ao parecer que nos foi facultado em 22 de Julho de 1998, o projecto sofreu, entretanto, algumas alterações.

Parece-nos que é de interesse para toda a comunidade envolvente, a urgente aprovação do Plano de Pormenor Sá-Barrocas e afigura-se-nos mesmo interessante que a própria Câmara adquira o imóvel da falida “FRAPIL”, até porque é detentora de um terreno que confina com o da mesma.

Assim, estamos hoje junto de V. Ex.a., a requerer a maior celeridade possível nas diligências para a aprovação do Plano de Pormenor Sá-Barrocas e a submeter à vossa apreciação a aquisição do imóvel da falida, por nos parecer um investimento interessante para a autarquia.

À consideração de V. Ex.as.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Armando Manuel Dinis Vieira.

De seguida entrou-se no período regimental de Antes da Ordem do Dia.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal José Fernandes Júnior:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Hoje queria chamar a vossa atenção para um problema que aflige os munícipes de Aveiro e que eu reputo de particular interesse - é precisamente o caso do trânsito na nossa Cidade.

O trânsito, todos nós sabemos, e todos nós constatamos, está difícil, sobretudo na zona central. E isto tem particular incidência nalgumas ruas transversais da Lourenço Peixinho: concretamente a Von Haffe, a rua do Carmo, a rua de Oudinot e a rua Alberto Souto. Nestas ruas, há efectivamente sinalização, que não é a suficiente; há fiscalização insuficiente da parte da PSP; há sentidos de trânsito possivelmente inadequados; há também falta de civismo de

alguns condutores e uma grande concentração de viaturas privadas, estacionadas por muito tempo - estacionamento de longa duração, com particular incidência nos arredores do antigo Quartel do Carmo. Esta viaturas estacionam de qualquer forma e feitio, nos poucos lugares que há e que não há, causando grandes dificuldades ao trânsito e pondo mesmo em risco a vida das pessoas que circulam.

Temos ainda a somar a tudo isto, cerca de noventa e seis lugares de estacionamento, que vão ser extintos na Avenida Lourenço Peixinho e que provavelmente vão ser canalizados para as artérias laterais, portanto, indo saturar ainda mais, as referidas ruas.

O que se pretende com isto, com a denúncia destas questões é de resolver o problema do trânsito nestes locais. E para isso, acho que seria fundamental, estudar a perspectiva de abrir um parque de estacionamento ao fim da rua Eng. Von Haffé concretamente no antigo campo de jogos do Quartel: é um recinto bastante grande, que está fechado; que está a criar erva, que não serve rigorosamente a ninguém. E se houver possibilidades de o transformar em parque de estacionamento - nem que seja um parque provisório, seria neste momento um grande alívio para a pressão de estacionamento naquela zona.

É também ainda importante, pensar-se na reformulação do sentido de trânsito, nestas artérias. Ao que me consta, houve efectivamente no passado, um estudo sobre o rearranjo do trânsito na zona central da Cidade; ainda não temos conclusões desse estudo e elas urgem e elas são necessárias precisamente para tentar resolver algum destes problemas.

Há também necessidade, de uma maior brevidade na feitura do Regulamento Municipal para cargas e descargas. Neste momento o que se assiste em cargas e descargas, é uma situação verdadeiramente caótica.

Há também necessidade de se estender a zona de parómetros à rua Eng. Von Haffé e à rua do Carmo. E seria de toda a conveniência, se a Câmara promovesse uma campanha cívica, no sentido de lembrar aos senhores automobilistas que há que cumprir o Código de Estradas e ao cumprir o Código de Estradas, está a respeitar os direitos dos outros utentes da estrada.

Para finalizar este assunto, queria só lembrar uma promessa antiga e é cada vez mais necessária, que é a Polícia Municipal.

A Polícia Municipal, poderia, devidamente orientada, colaborar e diminuir, muitos dos problemas que o utente sente ao circular nas nossas vias, mas também poderia dispensar, também poderia contribuir para que a PSP pudesse, com maior capacidade, atender a outros problemas de segurança. Disse.”

Vogal Jorge Arroiteia:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. No começo desta reunião, realizada ainda no mês de Abril, entendemos ser oportuna uma saudação e referência, às celebrações que nesta Cidade tiveram lugar evocativas do vigésimo quinto aniversário da Revolução de Abril de 1974.

Congratulamo-nos com essa efeméride e com as múltiplas manifestações, espontâneas ou promovidas por forças político-sociais, que continuam a associar a Revolução dos Cravos, à conquista de um conjunto de liberdades e de garantias individuais, esquecidas até a eclosão do movimento dos capitães.

Saudamos Abril e regozijamo-nos com a firmeza e abnegação de todos os que tornaram possível a afirmação deste movimento. Habitados como fomos, a entender Aveiro como a pátria da democracia, saudamos também todos os cidadãos aveirenses, que com o seu esforço e temperança permitiram nos mais diversos domínios: do económico, ao político; do cultural, ao intelectual; a construção da sociedade democrática em que vivemos.

Evocamos também, a memória dos democratas aveirenses, que durante décadas lutando contra o regime político do estado novo, não regatearam esforços, nem sacrifícios para que estas mudanças se operassem.

Volvidos vinte e cinco anos desta efeméride, muito há naturalmente que fazer. Não nos cingimos à afirmação do regime democrático, nem tão pouca à consolidação dos direitos individuais, que hoje constituem um legado do nosso património. Referimo-nos sim, às iniciativas de natureza cultural e social, que é necessário prosseguir, com vista à democratização plena da sociedade portuguesa e à inclusão dos seus excluídos e marginalizados, que o continuam a ser pela precariedade laboral, pelo analfabetismo cultural, ou pelas fraquezas assistenciais: médicas, hospitalares; sociais e outras, que mancham o nosso horizonte.

Cientes de que nesta Assembleia, individualmente ou em grupo, poderemos reconhecer alguns desses males, porque confiamos no poder que nos é atribuído pelo voto dos nossos eleitores, para que possamos continuar a aprofundar os sentimentos de Abril, na construção da sociedade democrática, fraterna, solidária, mas não utópica, que desejaríamos legar aos nossos vindouros.

Por isso, aqui estamos, continuando a pugnar para que a acção das autarquias seja cada vez mais apoiada na consolidação de um poder local forte e na procura das sinergias possíveis com o poder central. Assim estamos certos, ajudaremos a construir e a consolidar o regime democrático que nos foi legado pela Revolução de Abril. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. No dia-a-dia de uma cidade, há com certeza muitos e variados factos, uns maiores, outros menores, que prendem a nossa atenção. E às vezes na nossa cidade é difícil pegar apenas em dois ou três.

Permito-me chamar à atenção da Câmara, para o facto de há longa data, mais concretamente desde que começaram as obras de recuperação dos muros, que o monumento que com tanta dedicação foi feito a José Rabumba - O Aveiro, se encontra com uma cabine colocada à sua frente.

Julgo que não será desconsideração por esse aveirense; julgo que será apenas um julgamento apressado, de uma obra que estaria concluída com certeza no dia seguinte.

Mas, já que passou tanto tempo e como o Verão se aproxima e os turistas virão visitar a nossa cidade, eu acho e compreender-me-á facilmente a Câmara, que é tempo da cabine dali ser retirada. Julgo também que o proprietário não reparou no problema.

Outro pormenor, será também o que se passa neste momento com a marinha da Troncalhada, onde as obras que se vão fazendo por lá, estão a trazer uma quantidade de lama e porcaria para a via, que não é municipal, é da APA. A APA com a sua fiscalização, qualquer dia cai em cima da Câmara e com razão; há uma desconsideração nítida pelos utentes daquela via. Eu estou convencido, que os técnicos municipais, atempadamente, irão fazer tudo para que a situação se ultrapasse.

Queria também, de entre os factos de que esta terra é tão rica, salientar (e é difícil fazê-lo) a decisão desta Câmara, em realizar em Aveiro o encontro “Aveiro - Cidade Arte Nova”.

Com certeza que, de uma vez por todas, a Cidade e os Aveirenses, as pessoas que cá nos visitarão, com certeza vão começar a olhar com um bocadinho mais de cuidado e atenção para todo esse espólio, tão rico, que nos foi legado pela primeira e segunda década do século, que agora finda. E com certeza que também nesse encontro Aveiro - Cidade Arte Nova, saltará talvez para a ribalta e será mais recordado pelos cidadãos desta terra, o nome de Francisco da Silva Rocha; não digo como o José Rabumba, desconsiderado; José Rabumba já tem o seu monumento (amanhã se calhar aquela cabine vai desaparecer de lá). Mas para Silva Rocha, os Aveirenses ainda têm uma dívida para com ele. Silva Rocha foi, como todos nós sabemos e como em bom tempo, em bom momento, a Câmara editou o livro “Arte Nova” de Amaro Neves, e ao ler aquele livro, ressalta a figura desse Aveirense Francisco Augusto da Silva Rocha. Que os homens não tenham por este Silva Rocha, tanta desconsideração como têm manifestado. Como Amaro Neves diz no seu livro, «uma tremenda injustiça» que o seu nome fosse preterido como

patrono da Escola Industrial e Comercial de Aveiro; tratando-se além do mais de quem dirigiu a Escola durante cerca de quarenta anos. Foi, ao fim e ao cabo, o pai do Ensino Técnico em Aveiro, e durante cinquenta anos esteve ligado ao ensino. Será que é justo, que esse homem ainda esteja no esquecimento dos Aveirenses? Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Entretanto entraram na sala os Vogais António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Gaspar Albino:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Eu vou usar da palavra para me fazer eco de alguns comentários que foram tecidos à minha frente e que têm a ver com os Planos de Pormenor em curso na nossa cidade.

Quem comigo falou em relação a isso, disse que desconhecia por inteiro, se havia alguma hierarquização dos vinte e oito ou vinte e nove Planos de Pormenor em curso ou em estudo; se havia uma clara estratégia para os implementar; e desconhecendo a pessoa que me interpelou, às respostas adequadas às questões levantadas, acrescentava que, a ausência de uma estratégia a ausência de uma implementação calendarizada para esses Planos de Pormenor, poderia de algum modo dar aso a situações, que ele chegou ao ponto de chamar de favoritismo em loteamentos que entretanto se iam fazendo adrede.

É mais do que evidente, que o que me preocupa a mim, como cidadão, é saber se há uma lógica no desenvolvimento de todo este processo; se essa lógica existe eu gostaria de a saber. Até porque assim, se calam comentários que doentamente poderão ser desenvolvidos. Muito obrigado.”

Vogal António Manuel Coimbra:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Mais uma vez eu vou começar por agradecer os presentes que acabei de receber; é agradável e acho que os nossos lugares vão começar a ser cobiçados por mais gente, uma vez que sempre que nós vimos para uma nova reunião, novos presentes recebemos.

Queria salientar o facto de ter regressado o Boletim Municipal, há muito tempo que já não via um. E acerca do Boletim Municipal de Cultura, penso que é a primeira vez que se lança o Boletim Municipal de Cultura; dei para já só uma vista de olhos, acho que tem uma leitura agradável, tem uma configuração agradável - não foge a mostrar muitas imagens do Sr. Presidente da Câmara, não tantas como antigamente se mostravam do Sr. Presidente da Câmara, mas mesmo assim há aqui um cerco culto da personalidade, o que também não está mal, porque eu acho que nós temos que promover o nosso Presidente da Câmara e o nosso Presidente da Assembleia Municipal.

Tenho pena que não esteja cá o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, porque eu gostava de aproveitar esta Sessão, que vai ser uma Sessão de balanço ao ano que passou: temos o relatório de actividades para aprovar ...

Na primeira Sessão foi eleita uma Comissão para fazer o Regimento, e eu fiz parte dessa Comissão do Regimento e a Comissão deu por encerrado o seu trabalho em Setembro de 98, estamos em Maio de 99, muito mais de meio ano que o documento entrou na Mesa e gostava de saber, até para eu ficar bem para com os meus colegas de partido em relação ao trabalho que exerci nessa Comissão; porque é que esse documento ainda não foi submetido para apreciação à Assembleia Municipal?

Também fazendo um pouco o balanço deste ano de actividade da Assembleia Municipal, eu gostaria de lembrar que em Fevereiro do ano passado, já lá vai mais de um ano (eu há bocado disse que foi Dezembro de 98, mas não, Dezembro de 97 é que foi nomeada a nossa Comissão). Por isso, ainda há mais tempo daquilo que eu tinha referido.

Outro assunto que também diz respeito à Assembleia, tem haver com a eleição de alguns representantes da Assembleia Municipal, para alguns órgãos, que decorreu em Fevereiro de 98. Na altura, foi eleito um elemento para a Assembleia Distrital; outro para a Associação Nacional de Municípios; outro para o Conselho Cinegético Municipal; outro para o Conselho Geral do Hospital Distrital de Aveiro; outro para a Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro. E lembro-me que estes lugares até foram bastante disputados porque deu origem a um acordo entre o PS e o PP, para elegerem algumas pessoas. E eu perguntava se a Mesa tem tido o conhecimento da actividade desempenhada por estes elementos, de maneira que a Assembleia Municipal também possa ser informada, se realmente vale a pena nós termos esta representação e a Assembleia Municipal está representada nestes órgãos, e qual tem sido a actividade destes órgãos? Penso que seria interessante, uma vez que a Assembleia Municipal está lá representada. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Em primeiro lugar eu queria perguntar se poderia agora apresentar a Moção, subscrita não só por mim, mas também por outras pessoas, fora do tempo que me é atribuído. Ou não?”

Presidente da Mesa:

“Pode apresentar, à laia de quem a veio entregar na Mesa.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Moção: «Face ao falecimento inesperado do Prof. Doutor Luís Severo Gonçalves, Professor do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, e reconhecendo o seu empenhamento em promover a interacção entre a Sociedade e a Universidade Aveirenses, pelas quais realizou trabalho exemplar, propomos um voto de pesar pela significativa perda que afectou a sociedade em geral e a Universidade de Aveiro em particular».

Esta Moção é subscrita por mim, pelo Prof. Jorge Arroiteia e pelo Prof. Manuel António Coimbra.”

Querida aqui dizer que foi com muito prazer e alegria, que verificámos, que uma iniciativa do Gabinete de Estudos Concelhio do PSD de Aveiro, se realizou e verificámos que de facto quando nós nos abrimos a todos, é muito grato verificar que há participação. Portanto, eu refiro-me a um debate que se fez sobre o barreiro da ex-fábrica de cerâmica Jerónimo Pereira Campos, em que verificámos, pessoas de várias bancadas, e nomeadamente a presença do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Portanto, debateu-se o assunto de forma a tentarmos esclarecer e informarmo-nos da situação e resultou naquela reunião da necessidade da criação do Museu de História Natural de Aveiro; uma reformulação do Plano de Pormenor do Centro - que soube pelos jornais, já estava aprovado, e que há-de um dia chegar aqui, no sentido de considerar aquela zona que foi analisada, por dois especialistas, um da área dos Geo-monumentos e outro da área da Paleontologia.

Outro ponto, refere-se ao que o Sr. Presidente acabou de ler, e é da Academia das Ciências de Aveiro. Na verdade, o grupo de trabalho confrontou-se com uma situação clara que é a seguinte: é que existe uma proposta de criação de uma agência de desenvolvimento local, e que está contido no Plano Estratégico da Cidade de Aveiro.

Esta agência poderá, em parte, levar a cabo algumas das propostas que foram aqui referidas e o que nos admira bastante, é que um Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, com a consistência que este tem, de facto a Câmara não lhe tenha pagado. Ficámos muito surpreendidos com isso e muito possivelmente voltaremos a este tema, no decurso desta reunião.

Por outro lado ficou dito que a sociedade civil aveirense, se for suficientemente dinâmica cumprir-lhe-á propor, levar a cabo, a criação de uma Academia das Ciências e agora que este assunto já veio aqui à Assembleia, já estamos informados deste assunto, quer dizer que na verdade iremos iniciar contactos no sentido de se concretizar a criação da Academia das Ciências de Aveiro.

Queria ainda dizer, que na sequência daquela reunião sobre o barreiro da ex-fábrica de cerâmica, veio de facto a preocupação manifestada, de não vermos geólogos contratados pelas Câmaras Municipais. É que desde longa data, que isso é escrito e que isso é referido; porque aos geólogos compete: prospecção de águas, por exemplo, exploração de águas, gestão destes recursos, problemas de geotécnica, de levantamento geológico, e que são fundamentais para a implementação de estradas, para a localização de túneis, para tanta coisa, e o que nós verificamos muito usualmente, é que se faz aquilo que normalmente se denomina de: “fazer primeiro o telhado e depois as fundações”. Isto aqui, quase que literalmente, é o que se passa muitas vezes e que conduz a desastres e a outras situações. E portanto, queria recomendar que nos quadros de pessoal das Câmaras Municipais, nomeadamente da nossa, existissem geólogos. Quero ainda dizer, que fui informado, e até depois se fala da pista das bicicletas em Aveiro e eu quero dizer que desejo os melhores êxitos para essa pista de bicicletas. Gostaria de facto que fosse um êxito, mas na última reunião que aqui tivemos, sugerimos que se fizesse primeiro um inquérito para verificar se de facto os aveirenses querem utilizar essa pista de bicicletas - eu desejo que sim! Mas é que se por acaso verificarmos que não, e eles é que sabem, poderemos estar a fazer um investimento, desajustado. E portanto, ficaria mais seguro, se de facto esse inquérito tivesse sido feito.

Finalmente, há algo que me preocupa extremamente, que são as notícias sobre a insegurança que se vive neste momento nesta Cidade.

Sabemos que há aparentemente gangs de menores, e a informação que é divulgada: “é de que nada se pode fazer contra eles, porque são inimputáveis”.

Portanto esta declaração pública, de que “nada se pode fazer”, para evitar um estado destes, é altamente preocupante. A sociedade tem que fazer alguma coisa por isto. Não podemos simplesmente dizer: “não há nada a fazer”. E mais do que isso: como é que sentirá o jovem meliante, que ao fim e ao cabo é apanhado, é posto durante uns tempos, na esquadra e imediatamente solto? Muito possivelmente ele virá cá para fora, convencido de uma impunidade total. E isso é também altamente preocupante.

Outra coisa que me admira é a seguinte situação: é que face ao que é afirmado aqui no Diário de Aveiro, compreendendo naturalmente que da parte do Sr. Presidente da Câmara, procura não existir alarme, ele diz que não há razões para alarme - eu compreendo a intenção. Mas na verdade, o reafirmar-se que alguns foram detidos e outros serão identificados, isto não resolve o problema, porque sabemos que eles voltam outra vez cá para fora. Que por outro lado a população está alertada para o problema, também estarmos alertados, isto é um pouco na continuidade do que diz o Sr. Governador Civil, é que: “a ocasião faz o ladrão” e portanto recomenda, que “se tenha cuidado, de não circular na rua a partir de determinada hora, excepto se se for em grupo” e também se diz, que “os estudantes universitários, circulam muitas vezes bastante tarde e muitas vezes sozinhos, e não o devem fazer.” Pois bem, eu creio que isto é de facto um situação que deve alertar-nos a todos, que é altamente preocupante. Eu lembro-me que durante muito tempo, por várias razões, fui muitas vezes convidado para ir ao Brasil e ao Rio de Janeiro e às tantas tinha de deixar de ir, porque uma pessoa não podia ir à rua antes de lhe dizerem: o senhor não saia, tenha cuidado, vá em grupo, não leve anéis, não leve relógio, outro tipo deste tipo de situações, é altamente penalizante e eu não queria viver, nem sequer ir visitar o Rio de Janeiro. Ora, o que me acaba de dizer é exactamente o mesmo: atenção que em Aveiro, saiam sem muito dinheiro no bolso e em grupos, com muito cuidado. E não há alarme - porque se fizerem isto está tudo bem. Porque a ocasião faz o ladrão. Às tantas eu começo a

considerar, que se andar sozinho eu sou a causa de me atacarem. Eu creio que isto não ajuda nada.

Depois diz-se que apesar de tudo são só sessenta e dois casos (no ano passado). É claro que sessenta e dois casos, estatisticamente pode ser pouco no contexto nacional, mas se for alguém que é nosso filho ou nossa filha? Que foi apanhada? Que foi incomodada? Que foi roubada? Que pode ter levado uma facada? Ai isso não! Penso que isso a nível de uma perspectiva personalista, não podemos ficar para umas estatísticas.

Eu diria que, portanto, é fundamental que se evite inclusivamente o que diz a Associação de Estudantes. Que diz que se vão organizar para se defenderem. Quando os estudantes dizem que se vão organizar para se defenderem, isto é o descrédito para as instituições que devem garantir a nossa segurança. É que qualquer dia começamos a ter é milícias populares.

Eu digo que quando a democracia, não impõe uma autoridade democrática, começa haver a nostalgia do totalitarismo - que se deve evitar. E depois o totalitarismo não defende uma autoridade, mas vai defender uma violência. Porque obviamente inclui, não só a autoridade que se deve ter, mas impõe determinado tipo de regras, para que toda a gente que não concorde com o regime.

E portanto, ia eu dizendo, que é importante, em defesa da democracia, que se saiba ter uma autoridade democrática. No entanto e para finalizar, eu quero dizer, que nesta situação, há duas vertentes a considerar: é algo que é mesmo, e não estamos com dúvidas, tem de haver uma repressão deste crime, mas simultaneamente, tem de haver um recuperação dos jovens que o praticam, nomeadamente: quando aparentemente se está para terminar um programa de luta contra a pobreza em Santiago, preocupa-me se isso acabar, o que é que se seguirá.

Por outro lado, e muitas vezes, temos visto aqui personalidades ilustres, a quem se apresenta Santiago e se diz que é um exemplo. Talvez haja que ir mais fundo e não olhar apenas, só para os edifícios.

Pergunto aqui, se não teremos de reconhecer neste momento, e até para a recuperação destes jovens, se de facto as verbas orçamentadas pela Câmara, para fins sociais, não eram de facto curtas, como nós dissemos na altura e quando criticámos e votámos contra a proposta do orçamento para mil novecentos e noventa e nove. E uma, é esta causa - como recuperar estes jovens?

Eu quero dizer que algumas experiências muito significativas existem neste país e que valia a pena verificá-las, tê-las em atenção, verificar a experiência dos outros, para tentar resolver, recuperar estes jovens que assim praticam. Eu devo dizer e devo informar, já agora, e já que não vejo de facto uma onda de fundo, para recuperação desta gente, que o Gabinete de Estudos Concelhio de Aveiro do PSD, já procedeu a contactos para um debate sobre esta problemática e devo dizer que já foi endereçado um convite a um alto responsável do Centro Jovem TABOR, que tem vindo a exercer uma acção notável em Setúbal. Vamos ouvir também algumas experiências que existem, para que não se deixe de exercer uma autoridade democrática, para evitar o que se está a passar, mas que simultaneamente se tenha em atenção a recuperação destes jovens, no sentido de podermos viver mais seguros nesta Cidade, onde estamos habituados de facto, a uma paz e uma maneira de ser, que não se compadece com uma afirmação que aparece nos jornais, de que isto acontece, os jovens são inimputáveis, não há nada a fazer, a ocasião faz o ladrão, então os senhores fazem o favor de andar em grupo, não levar dinheiro e não ir para sítios escuros. Isto é impossível, que se possa aceitar na nossa Cidade. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Entretanto entrou na sala o Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, que assumiu a Presidência da Mesa da Assembleia.

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente da Assembleia. Srs. Deputados. Sr. Presidente da Câmara. Antes de mais, eu gostava também de fazer minhas as palavras do Sr. Prof. Arroteia, pela maneira como se referiu ao 25 de Abril e à Democracia. E ao mesmo tempo, aproveitar para felicitar, a Câmara Municipal - neste caso o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador da Cultura, pela organização dos festejos populares que nos ofereceu para festejar o 25 de Abril na nossa Cidade. Foram grandiosos, há muitos anos que não se via disto em Aveiro - aliás eu nunca vi, e acima de tudo, do agrado popular. O que à partida nos dá, uma grande garantia, para que a passagem do milénio na rua, seja também do agrado popular.

E já agora, ao Sr. Presidente da Câmara eu queria fazer uma pergunta: há precisamente um ano, a Junta de Freguesia da Vera Cruz, deu conhecimento nesta Assembleia de uma deliberação por unanimidade da Assembleia da Freguesia da Vera Cruz, e ao mesmo tempo deu conhecimento de um ofício que enviou à Câmara, para alteração do nome da rua Avenida da Força Aérea, para Avenida das Barrocas. Sabemos também que a Comissão de Toponímica, deu na altura, um parecer muito favorável à nossa proposta. Eu gostava de saber o motivo, pela falta de resposta a esta nossa proposta?

Não podemos esquecer, que a Assembleia de Freguesia é a entidade mandatada, pelos eleitores locais e nesta medida achamos que um ano é demasiado, para não se ter alterado o nome da rua em causa.

Na mesma altura, chamámos à atenção para o perigo que nos oferece alguns comércios no centro da Cidade: casos de drogeries, armazéns de tintas, lavandarias e outras. Alguns são mesmo barris de pólvora.

Pedimos na altura que a Protecção Civil fizesse uma inspecção rigorosa a estas casas e nos dissesse depois o que é que se passou. Até esta altura também não fomos informados de nada. Eu gostava de saber quais foram, se possível, as diligencias da Câmara sobre esta nossa preocupação. Mais nada Sr. Presidente.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Quanto ao 25 de Abril, não poderia estar muito de acordo com o Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, isto é, o tipo de festejos que me agradariam a mim, não seriam exactamente os que lhe agradariam a ele. Isto é, ele é com certeza mais intelectual, não discuto, quanto ao não pôr em dúvida é outra ordem de discussões e para não perder muito os meus cinco minutos, não queria entrar por esse lado.

De facto não gostei dos festejos do 25 de Abril em Aveiro, por terem sido exclusivamente isso. Eu gostava, ainda hoje, e Aveiro nunca teve comemorações tão grandes, como as que teve este ano, essa justiça é preciso ser feita. Mas Aveiro também nunca teve as oportunidades que esta Câmara está a abrir, de que se saiba efectivamente que houve aveirenses que a sério e sem dançar tanto como agora, deram muito das suas vidas clandestinamente para que hoje pudéssemos estar aqui a falar.

Alguns eu conheço; quase todos esquecidos. Muitos morreram outros estão vivos, estão por aí por Portugal fora, estão no estrangeiro; mas urgia que eles fossem dados a conhecer, para que as pessoas (os aveirenses e os jovens aveirenses) tivessem um pouco mais palpável e próximo, para que os jovens aveirenses não padecessem por exemplo, de problemas que admito, que em relação pelo menos aos democratas da nossa zona, padecerão com certeza, como eu própria. Haverá muito mais gente que eu ainda hoje desconheço; como aconteceu num programa (que eu espero que tenham tido a oportunidade de ver, do Herman José), uma demonstração a nível nacional do que deve ser feito. Isto é, festejo sim, mas mostrando também claramente pessoas que deram a cara e que de outro modo, ou não fossem programas como o dele, ou atitudes como

a dele, passariam ao esquecimento de muita gente. E num País onde um jovem diz que o Otelo Saraiva de Carvalho foi ministro de Salazar, há qualquer coisa de muito preocupante.

Portanto, para mim não é a mesma coisa. Foram grandes festejos, não foram grandes comemorações.

Subscrevendo também as palavras do Prof. Arroteia, eu gostaria de saudar algumas pessoas que efectivamente lutaram para que hoje tivéssemos o direito de estar sentados nesta Assembleia e gostaria de o fazer de uma forma indirecta e de uma forma directa: de uma forma indirecta, lembrando trabalhadores e o caso aqui falado da “FRAPIL” e o caso da fábrica “CASAL”. A preocupação aqui manifestada por um munícipe, é também a minha preocupação; eu penso que esta Câmara terá com certeza uma resposta muito melhor do que a Câmara anterior inventou para a fábrica “CASAL” e que lembro teve aqui o meu voto negativo, juntamente, na altura, com mais duas pessoas.

Os trabalhadores da fábrica “FRAPIL”, contarão comigo, com a máxima solidariedade, para que de facto, lembrando Abril, se descubram os direitos que então ganharam, desde antes do 25 de Abril até há catorze anos atrás, ainda não cumpridos. Esta a forma indirecta de saudar Abril. A forma directa, é lembrando algumas pessoas, umas falecidas outras vivas e é isso que agradeço ao Prof. Arroteia, que falou dos democratas em geral e não de pessoas ligadas a este ou àquele partido. E da mesma forma gostaria de lembrar o nome de Vale Guimarães - um democrata; o nome de Agostinho da Silva, que por aqui passou - um democrata (não lembrado nestas comemorações também; nem um, nem outro), João Sarabando - um democrata. Os três falecidos, um vivo, o Prof. José Gouveia.

Gostaria de lembrar que o 25 de Abril não foi feito também só por homens. Eu gostaria ainda de arrijar por mais uma vez, essa vantagem, porque mais comemorações haverá, de que falem também do papel que foi desempenhado pelo sector feminino da população.

Mas, tal como quis aqui hoje prestar aqui homenagem à forma como o Herman José foi capaz de fazer lembrar Abril, sorrindo e dançando e a sério, eu deixaria aqui uma palavra de homenagem à nossa Ana Gomes. A diplomata que aqui vêem e que foi uma das pessoas a quem testemunho, devemos o facto de estarmos aqui presentes. Uma grande lutadora, antes do 25 de Abril - no duro.

Portugal reconheceu-a e internacionalmente é reconhecida no grande papel que está a desempenhar neste exacto momento.

Apenas três ou quatro questões sobre outras tantas pequenas questões e muito rapidamente. Sobre a questão da segurança recomendaria por esta forma ... eu peço desculpa mas então aproveito a interrupção que foi feita: a Dr. Ana Gomes, foi militante do MRPP. Eu não vou dizer o que fez o MRPP, porque precisaria muito mais que os cinco minutos, mas foi efectivamente. É a demonstração que nem só o PCP e nem só os homens fizeram o 25 de Abril. Como ela tem o papel que tem hoje ...”

Vogal Diogo Soares Machado:

“... nem só a esquerda!”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Desculpe, por definição a esquerda é que fez o 25 de Abril; isso aí é ridículo, desculpe lá!

... a direita não tem democratas por definição; por definição isso não é direita, é esquerda de qualquer forma, já passa a ser esquerda, pelo menos no meu lato entendimento. É assim que eu sou capaz de citar aqui o Dr. Vale Guimarães, como democrata, é evidente.

Gostaria de falar na questão da segurança, era exactamente aqui que ia, e ia apenas a dizer uma pequena frase para dar nota de uma experiência pessoal, de um conhecimento pessoal ali na zona do bairro do liceu, onde tem havido não apenas vários assaltos, mas várias tentativas

de violação, já agora acrescentem, ultimamente. Não vejo um policia ... não tenho memória deve haver algum. Já agora recomendaria ao Sr. Governador Civil, para que para lá mandasse pelo menos um. Porque é uma zona extremamente cheia de estudantes; há prédios inteiros que não têm um único apartamento onde esteja a viver uma família - só estudantes. Nem nesta situação para ali mandam um único policia.

Relativamente às pegadas do “Lago Jurássico”, nós vamos aqui discutir com certeza o Plano de Pormenor do Centro e depois vamos discutir isso a sério. Eu só não queria, era deixar, acabando como no principio, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, a tomar como sua uma piada que o não é; é que um conhecido desembargador, aliás também conhecido pelo seu sentido de humor, desta praça, comentou da seguinte forma quando leu a noticia: “se calhar encontraram pegadas do Girão”, foi assim.”

Presidente da Mesa:

“Já agora, eu recebi os representantes da “FRAPIL” (desculpem lá o interlúdio), e tinha dito que faria aqui uma referência à “FRAPIL”. Pelos vistos já foram feitas várias referências, parece que a Câmara tem o assunto sob sua preocupação. De qualquer maneira, é uma questão dolorosa que se vem alongando por muito tempo, por muitos anos, e enfim, se a Câmara puder acelerar o processo será bem pensado.

Quanto a quem é que fez o 25 de Abril, bem... se calhar foi toda a gente que fez o 25 de Abril. Outro dia, por circunstâncias que não vêm ao caso, estive a ver quem foram os candidatos da oposição democrática pelo distrito de Aveiro, nas eleições (fraudulentas, naturalmente) de 1969. E eram seis, e quatro já morreram. Sobrevivo eu e o Almor Viegas, que estive aí na comemoração dos vinte e cinco anos do congresso, já está muito velho, enfim, é a lei da vida.

Esta intervenção da Dr.^a Virgínia Veiga foi interessante, mas não tem a minha concordância plena. Sobre o Dr. Vale Guimarães, nunca o considereei um fascista, mas era necessariamente um colaboracionista. E juntar o Dr. Vale Guimarães, com os seus atributos e alguma memória de respeito que os aveirenses devem ter, juntar a referência ao João Sarabando, enfim, há aqui um desencontro qualquer. Não quer dizer que não possam estar numa relação ampla, mas então temos que ir pensar todos os democratas: o Álvaro Seiça Neves e tantos outros.

Quanto à “Direita não tem democratas” não é exacto. O que acontece é que em Portugal, as forças de Direita não estiveram na oposição. O que não aconteceu em Espanha: havia muita gente da Direita que era da resistência e contra a ditadura, nomeadamente, o actual Presidente do Parlamento o Dr. Gil Robles, que é um homem de Direita assumidamente; sempre foi. Foi sempre um resistente e um anti-ditadura e um anti-franquista e anti-fascista.

Em Portugal, pode, assim numa apreciação superficial, desculpe-me a franqueza, pode parecer que só a esquerda é que tem democratas, o que não é exacto... mas isso dava pano para mangas. De qualquer maneira a sua intervenção tem interesse.

Já agora, da esquerda que fez o 25 de Abril e que esteve um bocado aliada ou ficou um bocado marginalizada nas comemorações, pelo menos da composição oficial das comissões. De qualquer maneira as comemorações parece que tiveram dignidade, e não suscitaram celeumas, nem divisões entre os Aveirenses.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara. Srs. Vereadores. Srs. Membros da Mesa. Antes do mais, uma saudação a todos, já não nos víamos há bastante tempo. Não nos víamos desde o tempo em que os nossos amigos do PSD, aqui presentes, eram entusiastas apoiantes do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa e precisamente por isso e porque é necessário coerência política, vem isto a propósito de Aveiro se ter distinguido do resto do País e só por isso trago esse assunto hoje à colação, Aveiro se ter distinguido do resto do País, por se ter constituído em Aveiro uma Comissão Executiva da AD.

Houve pessoas do PSD, destacados dirigentes, que se propuseram fazer eleger o Dr. Paulo Portas vice-Primeiro Ministro deste País. Era sabido que o Dr. Paulo Portas, tinha quasiúnculas com o Prof. Marcelo desde o tempo passado. Mas eu gostaria de saber, porque ao propor-se um vice-Primeiro Ministro, para Portugal, propõe-se uma política, propõe-se uma postura, propõe-se uma ética, como é que o vice-Primeiro Ministro, que os senhores do PSD propunham, declarou em onze de Abril de mil novecentos e noventa e nove e passo a citar: “no PSD não se ouve uma ideia. O PSD deu cabe da AD, por causa dos lugares. Não satisfeitos com isso, já a caminho de outra direcção, ou seja, o Dr. Durão, dão cabe uns dos outros por causa dos lugares. No PSD, reina a política da intriga, da maldade e da purga.”

Eu pergunto, se estas considerações do Dr. Paulo Portas, terão imergido do contacto que teve com o PSD.

Posto isto, quero à semelhança de outros, saudar a Câmara Municipal pelas comemorações a propósito do 25 de Abril. Pela primeira vez neste Concelho, essas comemorações assumiram uma vertente verdadeiramente de caris popular e nunca é por demais frisar e salientar e exaltar a celebração desse património incomensurável de todos que é a liberdade. Faço pois e registo com agrado a intervenção do Prof. Arroteia, para além obviamente dos meus camaradas que me antecederam e portanto, essa palavra de apreço que urge também aqui frisar.

Uma outra questão que eu gostava de trazer aqui, prende-se com as distinções honoríficas que tradicionalmente, a propósito do Dia da Cidade, são atribuídas em Aveiro. Eu penso, é expectável, que no dia 12 de Maio um conjunto de cidadãos, homens ou mulheres, sejam distinguidos com as medalhas, com distinções honoríficas deste Município.

Eu penso que será consensual e julgo, perdoar-me-ão a ousadia, julgo falar em nome de todos os presentes, que o actual regulamento que preside, que norteia a atribuição destas distinções honoríficas, estará já consideravelmente desfasado, ou seja, é um regulamento que já tem para cima de quinze anos, salvo erro, e era urgente, penso que isso é consensual, que os critérios de atribuição fossem clarificados, fossem consensualizados e também não é despiciendo referi-lo, seria útil, seria profícuo verificar-se ao nível das distinções honoríficas do Concelho de Aveiro, um reforço da participação de todos, por forma a que os distinguidos pudessem emergir como verdadeiras distinções do Município e não apenas como hoje sucede, como emergente de apenas um dos seus órgãos. Portanto seria também eventualmente de considerar uma forma de participação, também deste órgão, que somos nós, obviamente, da Assembleia, com uma legitimidade que se não é superior à Câmara, também sobretudo, e importa registá-lo, não é inferior. De modo que eu gostaria de interpelar o Sr. Presidente da Câmara, da sua disposição de vir a propor a esta Assembleia a actualização do actual regimento.

Relativamente à questão suscitada da insegurança que se vive agora, pontualmente, estou em crer que pontualmente em Aveiro, ou seja, muito me agradaria concordar com o Prof. Britaldo dizer que Aveiro era o Rio de Janeiro, mas infelizmente o clima ...

Eu penso que de facto é uma questão que tem que ser, que tem que merecer a nossa atenção. Desde logo a questão da imputabilidade de menores, é uma questão que deve ser discutida, há quem defenda e eu não me excludo-o desse número, que são susceptíveis de ser objecto de uma imputação de uma acusação de caris criminal, em miúdos de idade inferior a dezasseis anos. Penso que se um indivíduo de quinze anos mata outro, obviamente, parece-me óbvio que é susceptível de lhe ser imputada uma censura de natureza criminal. O que não quero dizer, friso, que não mereça um tratamento ao nível da sanção penal igual a um adulto, mas isso neste momento já existe, porque do dezasseis aos vinte e um, há um regime especial para essas questões, mas sobretudo interessa apurar no que neste momento aqui nos trás preocupados, do funcionamento das instituições, ou seja, ao contrário do que eventualmente o Prof. Britaldo tenha lido, existem mecanismos que permitem obstar a isto, ou seja, entre outras coisas, é possível a um menor inimputável, ser tirado da tutela do poder paternal, se manifestamente ele não é exercido e se forma comprovadamente um delinquente e eventualmente, pelas notícias

também chega, ou seja, da devolução da policia à família, e com a devolução à marginalidade eventualmente seria um caso desses, mas isso são problemas que têm haver já não propriamente com o poder executivo ou policial, mas sobretudo com o exercício do poder judicial, ou seja porque são tudo decisões a nível da curadoria de menores, e toda a matéria aí pertinente. Mas de facto nada disto obsta que manifestemos a nossa preocupação e reivindicuemos obviamente que seja dada uma solução a estes casos porque nunca é demais frisar, se os tribunais administram a justiça em nome do povo, têm mesmo que o fazer, e é legítimo que o povo averigúe e indague da forma como o fazem.

Finalmente, e porque se impõe pessoalmente e me é muito grato referi-lo, simultaneamente, grato e doloroso, porque se trata da morte do Prof. Severo, uma pessoa que recordo com saudade, de uma generosidade impar e todos reconhecerão de uma inteligência superior, de modo que me associo e em nome da bancada do Partido Socialista, nos associamos todos, sem quaisquer reservas e de modo entusiástico, à moção que V.Ex.a apresentou.”

Presidente da Mesa:

“Isso da imputabilidade de menores, é muito complicado, não somos nós a poder decidir isso. Mas eu tenho tendência a pensar que deve baixar a idade da imputabilidade, com um mecanismo e que às vezes é mal aplicado; haver um exame para saber se o menor, imputável ou susceptível de ser considerado imputável da imaturidade que lhe permita subir no escalão da responsabilidade criminal. Só que isto é tudo muito complicado, porque é preciso que hajam prisões para menores e não há. É tudo muito complicado.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Sr. Presidente da Câmara. Tem-se discutido muitas vezes aqui se existe ou não um entendimento e um relacionamento claro, real, entre o município e a universidade, entre a cidade e a comunidade universitária. Houve momentos em que claramente essa situação, a resposta para essa situação, para essa pergunta, era negativa; houve alguns sintomas de que as coisas estejam a melhorar; entretanto surgem alguns indícios de que há pelo menos algumas áreas problema, que era bom, que o Sr. Presidente da Câmara pudesse esclarecer, nesta reunião. Estou-me a referir a críticas sucessivas publicadas em órgãos da comunicação social e pronunciadas em discurso, feitas pelo Presidente da Associação Académica da Universidade de Aveiro, em relação ao apoio ou não apoio da Câmara, às iniciativas promovidas pela Associação Académica, e pelo menos o julgamento que existe, é que há de alguma forma um tratamento discriminatório ou não equilibrado, tendo em conta outras realidades por parte da Câmara em relação à Associação Académica, ainda por cima com um argumento que é ventilado, que é dito pelas esquinas, de que essa não atenção existe pelo facto de não serem eleitores do Concelho.

Portanto, era bom que o Sr. Presidente se pronunciasse sobre este assunto, e que houvesse um esclarecimento desta situação para sabermos de facto, como é que as coisas são. Mas acho que não ajuda a desanuviar este clima de falta de desentendimento entre a Academia e a Cidade, esta própria reunião da Assembleia Municipal.

Eu acho que é no mínimo lamentável, que no dia mais alto da Semana Académica, no dia em que sai para a rua o desfile do enterro do ano, tenha sido marcada esta Assembleia, que poderia provavelmente ser marcada para ontem, para anteontem ou para amanhã deixando a possibilidade de nós como cidadãos podermos assistir àquele que é de facto o momento mais alto da Semana Académica - e digo isto como cidadão. Seria bom, se nós, nos nossos trabalhos pudéssemos contemplar extraordinariamente, uma saída um pouco mais cedo do que é habitual, porque o “Enterro” faz-se às horas que todos sabem, já bastante tarde, para podermos ainda, ir assistir ao “Enterro do Ano”. Posto esta primeira questão, passava à seguinte.

Vieram aqui mais uma vez os trabalhadores da “FRAPIL”, veio mais uma vez o problema da “FRAPIL”. É sobretudo um assunto municipal, um assunto camarário, está nas mãos da Câmara.

Como membro da Assembleia, estarei disposto, logo que o Plano aqui venha, que a sua tramitação na Assembleia, seja o mais rápida possível, sem deixar de haver os cuidados que deve haver na apreciação de um documento deste tipo, mas de facto a questão está na Câmara.

Entretanto, se foi dirigida uma petição à Assembleia, o Sr. Custódio Ramos enquanto estava no exercício da Presidência, superou o caso de uma forma liminar - “porque o assunto não está regulamentado”. Portanto, está previsto no Regimento, não está regulamentado, está previsto (penso eu) no novo Regimento da Assembleia, que está para aprovar, mas mesmo assim já houve petições que foram objecto de discussão e de deliberação por parte da Assembleia. Acho que podia ser ou pelo menos gostava de receber uma cópia da petição que lhe foi dirigida, para ver se em termos de iniciativa, se é de avançar alguma proposta em relação a isso. Embora, como já disse, neste momento trata-se sobretudo de recomendar à Câmara, celeridade na elaboração do Plano de Pormenor.

Mas a vinda dos trabalhadores da “FRAPIL” aqui, lembra-me outra vinda de trabalhadores, que é a da “Renault”. Na altura esteve para ser discutida e aprovada uma moção, e foi entendido por sugestão do Sr. Presidente da Mesa, que talvez não fosse de aprovar uma moção, mas que de alguma forma se solicitava quer ao Presidente da Mesa, quer ao Presidente da Câmara, que fizessem diligências junto de diversas entidades, no sentido de fazer “lobbing”, e no sentido de apurar qual era de facto, ou qual é de facto a situação da fábrica da antiga “Renault” em Cacia.

Portanto, era bom que viesse aqui uma informação sobre que diligências foram feitas, que resultados foram conseguidos, o que é que há a informar a esta Assembleia, em relação a essa atitude.

Segurança/Insegurança. A questão se os factos são graves, se são menos graves ... parece adquirido que há um evoluir negativo da situação. De uma situação de determinado número de assaltos, passou-se para um número bastante superior. E evidente que não estamos a comparar com as situações que há noutros sítios no País, estamos a comparar com a evolução que há local. Portanto, se há uma evolução negativa deve haver cuidado, para lhe dar resolução. Daí parece-me pouco pertinente que se arranjem já os culpados e que se localizem os culpados em determinado bairro da cidade, penso que talvez não seja rigoroso proceder dessa maneira.

Talvez fosse tempo, para realizar, nos termos das tais reuniões extraordinárias previstas e raramente feitas, da Assembleia Municipal, uma reunião para escutar, para avaliar a vida e a problemática dos bairros sociais do Concelho: em que nós pudéssemos ouvir aqui os vários especialistas, os moradores, as pessoas, que nos pudessem dar a nós, uma ideia de como é que é a convivência, como são as questões da inserção das pessoas nesses bairros e a própria Assembleia poder fazer um juízo mais adequado de qual é a situação e o que é que isso tem a ver ou não com as questões da insegurança.

De qualquer forma é de saudar que estão reunidas todas as condições para a criação do Conselho Municipal de Segurança, com a indicação dos nove nomes que foram lidos no início dos trabalhos, espero que agora o Sr. Presidente da Câmara dê alguma celeridade à convocação e ao início dos trabalhos deste Conselho por forma a que ele possa contribuir para alterar a situação actual.

Por último, duas questões: muito brevemente e em relação ao 25 de Abril, saudar as comemorações, saudar a dimensão que teve, saudar as características, porque tiveram elementos claramente populares, tiveram outros de evocação mais politizada; houve um equilíbrio neste conjunto de comemorações, penso que é de saudar a Comissão que as realizou ou que as levou a cabo, não tanto os elementos da Assembleia, mas o conjunto de cidadãos e de entidades que a promoveram; reconhecer o papel do município no apoio ao trabalho da

Comissão e na dinamização do seu programa, e dizer que este foi um caminho que pode perfeitamente ser trilhado novamente em anos ulteriores. Só é pena e para terminar, só é pena que as comemorações em termos nacionais, não especificamente em relação a Aveiro, estejam marcadas pela presença de Portugal num conflito armado, num conflito que é de agressão a um país soberano, que é de ingerência a um país soberano e que contraria tudo aquilo, que é a nossa doutrina nacional, nomeadamente a doutrina constitucional.

Só para terminar, eu lembrava Srs. Deputados, que a Constituição da República, estabelece que Portugal se rege nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, do respeito aos direitos do homem, dos direitos dos pobres, da igualdade entre os estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência dos assuntos internos de outros estados e da cooperação com todos os outros povos, para emancipação e progresso da humanidade.

É este o princípio constitucional das relações internacionais do nosso País, não há nada que justificasse o apoio de Portugal a esta intervenção da NATO num país soberano, agravando exponencialmente um problema que assistia e que os bombardeamentos, não estão a resolver.”

Presidente da Mesa:

“Intervenção rica, como sempre ou quase sempre. No que me toca à data desta Assembleia, conflituava até certo ponto com as comemorações académicas, mas as comemorações estendem-se pela noite.

A data inicialmente prevista era para ser amanhã e não pode ser por causa do Congresso do PSD. Portanto, como não se podia avançar, antecipou-se; avançar mais também não se podia, porque saíamos do mês e ficávamos numa situação de irregularidade. É esta a explicação. E penso que ainda podemos ir acompanhar os estudantes.

Quanto ao problema da “FRAPIL”, concordo com a tese jurídica do Deputado Custódio Ramos, que presidiu aos trabalhos, mas penso que os signatários não queriam propriamente que este abaixo assinado fosse discutido como petição. O que eles querem, penso eu, e estou à vontade porque falei com alguns dos signatários e promotores. O que eles querem é a situação resolvida e passa mais pela Câmara do que pela Assembleia.

De qualquer maneira, contra o que o Deputado Salavessa diz e porventura incorre em lapso, ou alguma coisa esquisito aconteceu, porque o despacho que eu dei neste ofício, nesta petição, neste abaixo assinado - no dia 1 deste mês, foi “acusar recepção e informar que vai ser distribuída cópia aos Secretários da Mesa e aos líderes da Assembleia Municipal, o que se fará de imediato.”

Quanto à “Renault” não me lembro que tenha ficado de minha responsabilidade fazer uma informação sobre o que se passou. Eu fiquei obrigado a entrevistar o Governador Civil sobre o problema da “Renault” - o que fiz. A resposta dele e a informação dele, não têm relevância de maior mas já agora, comunicarei que salientou o seu empenhamento, que ia representar o Distrito... bem é aquela ficha, aquele cliché, mas com sinceridade. E como conheço o seu desempenho, dou de barato que tenha tido essa intervenção.

Quanto a uma reunião extraordinária, ainda não foi feita nenhuma e penitencio-me sobre isso. Reunião extraordinária sobre a temática social dos bairros do Concelho, acho que é interessante; isso teria depois é que ser confinado a como é que era: se somos todos a discutir (não parece eficaz), mas convidar alguém que seja especialista e que conheça Aveiro. Acho que é um tema interessante.

Ainda relativamente ao assunto da “FRAPIL” e como os líderes das bancadas conhecem esta exposição da “FRAPIL”, se quiserem pode-se abrir uma discussão geral mas penso que não, penso que pelo menos será mais cómodo e prioritário ou mais lógico, ouvir primeiro o que é que a Câmara diz; podemos estar aqui a perder tempo e não sei mais o quê e depois o Presidente da

Câmara diz: olhem desculpem, estiveram aí a encher pneus, porque já está tudo decidido ou se não está hoje vai estar amanhã.

Quanto aos membros do Conselho de Segurança, já está o ofício elaborado e subscrito e informalmente a Câmara já sabe quem são os nove membros indigitados.

Finalmente e para terminar, em relação a uma referência aqui do Deputado António Salavessa. O problema do Kosovo é um problema complicado, de grande política internacional. E compreendo a posição do Deputado António Salavessa, que é respeitável, e que coincide com a versão oficial do Partido Comunista.

O que eu lamento, já agora digo com toda a franqueza, que pertence ao meu timbre, lamentar a intervenção da NATO; concomitantemente com isso, é preciso censurar a violência, a perseguição, a brutalidade étnica dos Sérvios, sobre os Albaneses do Kosovo. Quem censura uma coisa, tem pelo menos que censurar a outra. Dir-se-á que os Albaneses do Kosovo, pegaram em armas contra a Sérvia - o que é exacto; e a repressão tornou-se mais violenta na sequência disso, só que pegaram em armas porque começaram a ver-se aperreados e metidos em guetos e cerceados, e desconfiaram que estava em preparação uma limpeza étnica.

É um problema muito complicado, não vamos aqui discutir isso, mas não pode censurar-se a NATO, sem se censurar a Sérvia, senão é clarear o ditador e a violência monstruosa do que se tem passado ou que se vinha passando na Sérvia. Faço votos de que tudo se componha rapidamente, não acredito muito, mas desejo isso do fundo do coração.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, dá-me licença. O que eu disse e repito, foi que a intervenção da NATO, agravou exponencialmente um problema que existia no Kosovo. Portanto, não estou a dizer, aliás disse explicitamente que existia um problema no Kosovo, mas que a intervenção da NATO, não resolveu, antes, agravou exponencialmente.

E relevo novamente para aquilo que li; é que a política externa de Portugal, defenda os princípios constitucionais, defenda a solução pacífica dos conflitos e a não ingerência, em assuntos de estados soberanos.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado. Em primeiro lugar, começava pela célebre frase, já hoje aqui proferida, de que “a direita não têm democratias”, para agradecer a esta Assembleia Municipal, o privilégio que eu tenho, como não democrata, de poder estar na vossa presença e partilhar estas discussões de elevado nível intelectual e de interesse para o nosso município. Agradeço-vos a magnanimidade em reconhecerem e validarem a minha (como se calhar a de outros), presença nesta sala.

Também para dizer que eu também gosto de lembrar Abril. E gosto de lembrar Abril - também porque faço anos em Abril, no dia 23 de Abril; portanto, sou do antes do 25 de Abril.

E também gostava de dizer que mais uma vez (porque eu digo isto todos os anos, se calhar é uma grande asneira), e se calhar repetindo uma asneira vezes sem conta, até que um dia pode ser que me cale. Também gostava de dizer que neste País, se houve alguma coisa - e houve de certeza - que a Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe, foi a possibilidade de cada um de nós comemorar o que quiser, onde quiser, com quem quiser e como quiser. Ou seja, não agredindo liberdades individuais, não transgredindo deveres cívicos, cada um comemora o que quer, como quer, quando quer e com quem quer. Isto para mim, foi uma das conquistas básicas da Revolução do 25 de Abril de 1974 e que parece que hoje em dia continua a não ser aceite por muita gente, porque eu também considero que o 25 de Abril não foi só das pessoas de esquerda, não foi só das gentes de esquerda. Assim, como considero que o que se passou a seguir ao 25 de

Abril, não foi só das pessoas de esquerda. Como considero que também o que se passou antes do 25 de Abril, foi de todos nós; foi de Portugal, foi do País. E foi o País enquanto um todo, que reagiu ou que agiu, que evoluiu e a prova provada, é que até um dos mentores também do 25 de Abril - o Tenente Coronel Melo Antunes - dizia há poucos dias na televisão, se calhar já em fase terminal da sua doença, que a democracia portuguesa ainda está na sua fase, até aos cinco anos, ainda está a crescer, ainda está bebé. E mais, dizia mais um dos que foi mentor daquela que é por muitos apelidada a “Revolução dos Cravos”, porque disseram também na televisão “foi dos Cravos, porque eram as flores que estavam no aeroporto; se fossem tulipas eram tulipas”.

Mas esse homem que teve claramente parte activa em todo este processo, dizia que “para além de estar a crescer e de estar a amadurecer, a democracia portuguesa, corre perigo” e corre, todos nós sabemos! E um desses perigos - e eu entronco agora na intervenção do Ex.mo Colega de outra bancada - um desses perigos, é uma massificação do poder que hoje em dia, se está a produzir (massificação ideológica, entenda-se) se está a produzir em Portugal com perigo para a nossa democracia. Espero que o povo português, desta vez sem recorrer às armas, embora as armas daquela altura, também não tenham sido precisas para grande coisa - graças a Deus. Muitas delas até estavam sem bala na cartucheira - ainda bem.

Mas desta vez sem recorrer às armas, espero que o povo português possa entender que realmente corremos um perigo global de generalizar a ideologia política em Portugal, em torno de uma ideologia de Esquerda, que ninguém sabe muito bem se é de Esquerda ou se não é. É claramente conduzida pelo Partido Socialista, mas ali os camaradas do Partido Comunista, dizem “que o Governo do Partido Socialista, tem hoje em dia um Governo de Direita ...”.

Corremos efectivamente o perigo de uma massificação ideológica e é evidente, como dizia o Dr. Filipe Brandão e bem, que em política é preciso coerência; e eu até dou de barato que parte deste perigo que corremos hoje em dia, de massificação ideológica em torno de um só partido, advém da actuação desastrosa, e repito desastrosa, da oposição portuguesa, durante o período governativo do Partido Socialista em Portugal; e que ninguém tenha dúvidas disso. E eu faço parte de um partido, que pretende ser um partido da oposição, e notem que eu digo “que pretende ser um partido da oposição”, e que assumo que a oposição tem sido uma oposição desastrosa para o País. E mais, enquanto não se sobrepuerem aos corriqueiros valores dos lugares, que se verificam também, no partido do Governo, como nos outros, nos lugares, nos complementos de ordenado, das benesses, das regalias, enquanto outros valores mais altos não se sobrepuerem a esses, nós em Portugal, temos que ter a consciência que a democracia corre realmente perigo; e isto acaba por ser uma pescadinha de rabo na boca - e é só a opinião de alguém que tem trinta anos, feitos há pouco tempo (dois dias antes do 25 de Abril), que não tenho um conhecimento consciente do que foi o 25 de Abril e que sinto-me no direito de dizer, que aquilo que me revolta em todas estas comemorações do 25 de Abril, é que parece que em Portugal (em todas estas, desde então, até agora) parece que em Portugal não há mais ninguém para falar do 25 de Abril, senão sempre os mesmos e isso também fica mal. E à minha geração e a outras que vêm depois de mim, isso pode até parecer uma lavagem cerebral - contínua. Ou será que temos que esperar que morram esses senhores, para outros aparecerem a falar do 25 de Abril; se calhar com outras ideias; se calhar com outra concepção daquilo que a revolução nos trouxe. Se calhar não temos, se calhar devíamos começar a partir daí e devíamos começar a reflectir a partir daí. É evidente que em política é preciso coerência e em jeito de uma pequena farpa, eu diria que sim, que é preciso coerência. E por isso eu estou confiante, que o povo português pode acordar a tempo até às próximas eleições legislativas e votar ou julgar a coerência nomeadamente do partido do governo: e coerência em quê? Na reforma do sistema educativo, todos nós sabemos qual foi e o que foi até hoje. E coerência em quê, na reforma do sistema de segurança social, todos nós sabemos o que foi, quando foi e como foi - e falam-me do rendimento mínimo garantido, pois falam; falam da taxa de implementação, já agora do

rendimento mínimo garantido hoje, em termos do nosso País ... estas foram paixões, mas a Regionalização, por exemplo, era uma grande aposta, também deste Governo e estava no seu programa de Governo; aí não é uma questão de incoerência, é claramente uma questão de inadaptação do programa do governo àquilo que o povo português quis e quer.

Digamos também que a crise na justiça não terá sido uma grande prova de coerência e de razoabilidade, por parte deste Governo; não terá sido - acompanhada com a crise da polícia judiciária, de tão célebre memória, até aqui para um restaurante que funciona nestas instalações.

A crise na Junta Autónoma de Estradas, será por certo de má memória também, todo esse imbróglio ainda hoje não resolvido. A Junta Autónoma de Estradas, não é também um bom exemplo daquilo que se pretende numa coerência governativa. Mas enfim, com a actuação desastrosa da oposição, tudo isto é prometido, obviamente que tudo isto é facilmente esquecido, porque outros se encarregam se calhar, aqui e acolá, de fazer algumas figuras, se calhar mais tristes do que estas.

Terminava por aqui com a macro-política, para regressar às coisas de burgo e só para focar três questões muito concretas: a primeira, como hoje vem no jornal também, repito a pergunta - quantas contratações a Câmara Municipal de Aveiro realmente efectivou, ou procedeu, desde que este Executivo está em funções, relembro que esta pergunta já a tinha feito na última sessão desta Assembleia Municipal e não teve resposta, por parte do Sr. Presidente da Câmara (hoje já vi, que uma das primeiras contratações, aqui está presente, se calhar trás na pasta a resposta para algumas destas questões), portanto, quantas foram e qual é o montante a mais, despendido por mês, com essas contratações, já efectivadas pela Câmara Municipal de Aveiro. E esta pergunta, meus senhores, nesta sessão da Assembleia Municipal, seja no período de antes da ordem do dia, seja na ordem de trabalhos, Sr. Presidente da Câmara, eu peço desculpa mas o senhor vai ter que me responder, por que eu não quero validar algo que vem a seguir na ordem de trabalhos com a sensação de que estou a validar ou estou a aprovar um fato feito à medida.

Aveiro Basket; foi também prometido na altura da aprovação e relembro que nós na bancada do PP votámos a favor, exactamente porque esse compromisso foi assumido pelo Sr. Presidente da Câmara, o de apresentar um balancete sobre a evolução da situação financeira, ou a situação financeira concreta do Aveiro Basket (também vejo que se calhar naquela pasta, hoje também vêm algumas novidades para nós, se calhar prevenindo porque já ando a fazer esta pergunta há tanto tempo, e o Sr. Assessor Gonçalves aqui está se calhar, com as respostas para tudo, na pasta que trás na mão). Eu sei que o Sr. Presidente da Câmara terá todo o interesse em responder a estas questões, da mesma forma que nós temos todo o interesse em que elas sejam respondidas e portanto, saúde-se a presença do Sr. Assessor José Gonçalves, pode ser que finalmente tenhamos respostas.

Agora uma situação um pouco mais aborrecida e apenas se prende com rumores ou algum fumo que eu tenho ouvido acerca de algo de grave, nomeadamente uma sindicância, uma inspecção, ao exercício desta Câmara durante o ano de noventa e oito e que estará para rebentar. Como não acredito nisso, como não acredito que hajam irregularidades de qualquer espécie ou tipo nesta gestão exemplar, eu gostaria que o Sr. Presidente desfizesse os rumores de que há realmente fogo neste fumo que várias pessoas já me buzinaram, nomeadamente um resultado, digamos que pouco abonatório, para o exercício da função governativa. Se não é verdade (e espero que não seja), gostava que a Câmara me dissesse muito rapidamente quem são as personalidades deste Concelho, que pretende distinguir com agraciassões, no dia 12 de Maio - se é que já tem alguma ideia; quem são? Para se calhar podermos discutir outros nomes que poderiam caber aqui.

Para terminar, lembro-me sempre disto quando reuno com a Assembleia Municipal nesta sala; e lembro-me do velhinho salão cultural que está em obras, ditas na altura, obras de adaptação

para que o Executivo Camarário se pudesse para lá mudar, instalar-se temporariamente ou provisoriamente, até a nova solução estar encontrada.

Pergunto, até este momento, e porque as obras já estão iniciadas. Até este momento quanto é que já foi gasto? Pergunto: até ao final das obras qual é a estimativa de custo para a recuperação daquele edifício ou daquele espaço? E em terceiro lugar, pergunto se continua adequada a correspondência entre as obras que a Câmara Municipal se propôs fazer, para utilização para si própria, para o Executivo da Câmara Municipal de Aveiro ou se sobreveio entretanto uma outra ideia peregrina ou não, de que afinal o Executivo Municipal afinal já não se instalará no salão cultural, instalar-se-á, noutro sítio qualquer, talvez aqui neste centro ou qualquer coisa, e para lá se transferirão ou não as Associações que estão aqui em cima? E se assim é, é grave. É grave porque nós aprovámos as obras para um fim. E se por acaso o Executivo Municipal entende não se dever instalar provisoriamente naquele sítio para o qual foi aprovada aquela verba, para fazer aquelas obras, e se pretende instalar noutro, acho que seria pelo menos eticamente correcto e de bom tom, que esta Assembleia Municipal fosse informada, o que não acontece até agora (até porque já ouvi uns zunzuns, de que a Câmara se pretende instalar noutro sítio e para ali transferidas as Associações Culturais. Gostava que fosse confirmado ou não, com a informação adjacente de quanto é que as obras vão custar. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Muito obrigado. A hora vai adiantada vamos interromper os trabalhos, para irmos jantar. Entretanto fica suspenso o problema da “FRAPIL”, de qualquer maneira teremos que reconhecer, em princípio, que já teve um tratamento com alguma relevância.

O Prof. Manuel António, perguntou à Mesa: para quando o regimento? Para a próxima sessão será agendado o debate do regimento.

“Se a Mesa tem recebido relatórios dos representantes nas várias entidades?” - Não tem! Não tem que ter, será bonito que venham relatórios, mas não têm que ser escritos, mas relatórios orais, em princípio acho que se justificará.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para jantar.

2ª PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Pedro Simões Dias e pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Henrique Manuel Morais Diz, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Jorge

Manuel do Nascimento, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos deu-se continuação ao período de antes da ordem do dia.

Entretanto entraram na sala os Vogais Dinis Marques e Victor Manuel da Silva Martins.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação a Moção apresentada pela Bancada do PSD, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Continuando, o Sr. Presidente da Mesa propôs ao plenário um minuto de silêncio em Memória do Prof. Doutor Luís Severo Gonçalves, que o efectuou.

Presidente da Câmara.

“Muito obrigado Sr. Presidente. Começando pela exposição e pela preocupação que nos foi aqui trazida hoje pelos ex-trabalhadores da “FRAPIL”, de facto em Julho de noventa e oito, a Câmara penso que enviou uma primeira resposta sobre o estado da situação e do desenvolvimento do Plano. Nessa altura tínhamos de facto a perspectiva de que as coisas fossem de facto mais rapidamente aprovadas. O tribunal em Novembro de noventa e oito, como também foi aqui recordado, decidiu adiar a sua decisão por mais seis meses, para que entretanto, fosse possível a conclusão do plano respectivo; esses seis meses acabam em Abril. Estão a acabar. Porque é que o processo se atrasou? E convém dar esta informação, e a Câmara tê-la-ia dado com todo o gosto. O que se passou foi o seguinte: é que entretanto, quando o processo estava na sua fase terminal, apareceu um grande investimento em Aveiro, a crer implantar-se numa zona imediatamente, numa zona adjacente à zona limite da zona do Plano de Sá-Barrocas. E esse empreendimento pelas suas características implicava de facto a alteração do Plano sob pena de ser, inviabilizado.

Foi isso que fizemos; estendemos a área de delimitação do Plano, para poder abranger esse grande investimento, que é de facto um investimento estratégico para Aveiro e por essa razão de facto o processo atrasou-se. Neste momento as coisas ainda não estão resolvidas, não vos posso dar uma data certa sobre o momento em que este Plano estará formalmente aprovado, agora o que eu vos queria dizer e penso que não haverá dificuldade prática, legal nisto, é que a área de construção que está prevista na zona da “FRAPIL”, essa está perfeitamente estabilizada e não foi em nada modificada em relação àquilo que conhecem e que a Câmara vos enviou, pelo facto de ter aparecido o outro tal investimento. O outro tal investimento é para outra extrema, não está perto sequer da zona da fábrica da “FRAPIL” e portanto podem ter a certeza que a alteração que está a ser feita por causa desse tal investimento, não afecta em nada as expectativas que vocês já têm e que têm naquela área de construção garantida.

E a Câmara Municipal de Aveiro está prestes, se isso puder servir para agilizar o processo junto do tribunal, a certificar isso mesmo, que o Plano no seu estado actual mantém a mesma área de construção e que irá submeter à aprovação desta Assembleia Municipal e das entidades competentes, com a área de construção da “FRAPIL” intacta, tal como vocês conhecem na sequência da comunicação da Câmara. Portanto, se isso pudesse ser útil, a Câmara tem disponibilidade para o fazer, não vos escondo e vocês conhecem bem o processo, não se trata ainda neste momento de facto, de um processo de planeamento eficaz, mas sei que, e tomei a devida nota da sugestão, da Câmara de vos adquirir aquele terreno, é uma hipótese a estudar porque não, seria uma forma de vocês realizarem rapidamente os vossos créditos e portanto vamos também explorar essa possibilidade, porque como vos digo, ninguém tem dúvida neste momento na Câmara e penso que a Assembleia não as irá colocar, em relação àquela área de construção que está para ali prevista. E de momento penso que é isto que vos posso utilmente

dizer, sobre as explicações do atraso, que não se devem a qualquer menor atenção ou a qualquer inércia administrativa. Desta vez, não, foi um facto novo, foi um facto importante que nos obrigou a ponderar e a única solução que encontrámos foi de facto atrasar um bocadinho na aprovação final do Plano.”

Presidente da Mesa:

“Já agora pergunto eu: e se a Câmara pensar e tiver disponibilidades para comprar, como é que é; procede a uma avaliação? Como é?”

Presidente da Câmara:

“Com certeza, teria que se proceder a uma avaliação do terreno em função da área de construção que lá está prevista e portanto, o negócio far-se-ia nessa base. Julgo que há um Administrador Judicial, representante da massa falida da empresa e portanto, teria que haver negociações com os representantes. Mas isso é uma pista que agora surgiu e que vamos ver se é viável.

Depois o Sr. Dr. Fernandes, levantou aqui várias questões relacionadas com o trânsito: queixando-se do trânsito na Von Haffe, na Rua do Carmo, na Avenida Lourenço Peixinho. Lembrou que há ali um terreno, que poderia servir para parque de estacionamento no recinto do antigo quartel na Von Haffe.

Nós estamos cientes das dificuldades que essa zona tem em termos de fluxo de tráfico. E esse terreno até já esteve formalmente aprovado por esta Assembleia Municipal, se se recordam; a Câmara logo no início do ano, fechámos as negociações com a autoridade militar e trouxemos esse terreno aqui à Assembleia Municipal e foi aprovado. O incidente é que o Ministério das Finanças não aprovou subsequentemente este negócio. E portanto, inviabilizou a sua concretização para surpresa de toda a gente e sem mais nenhuma explicação: talvez discordando dos valores; talvez tenha havido uma inflexão na estratégia das autoridades militares; a verdade é que depois do acordo feito quanto ao preço, depois de nós termos dado os passos todos, o Ministério das Finanças veio inviabilizar a aquisição do terreno e é essa a razão porque não está lá já há vários meses, um parque de estacionamento que muita falta ali faz.

Nós vamos tentar reavivar a questão, porque justamente as explicações que foram dadas, foram nenhuma; e queremos perceber se de facto há alguma intenção de outro projecto qualquer para aquele local.

É verdade que há um plano de trânsito e de ordenamento do trânsito que está aprontado; já foi recebido. É um Plano, e tem-se falado muito acerca deste Plano, é um Plano que não vai vincular o Executivo em relação a todas as sugestões que ali constam, é evidente. Detecta os problemas, apresenta algumas formas de o solucionar, é um instrumento muito útil de trabalho, mas apenas isso não é um Plano de carácter vinculativo, que vá determinar rigidamente as soluções viárias que vamos implementar, em todo o caso, uma delas, que já tínhamos antecipado e que está de acordo com aquilo que vem no Plano e como referiu é de facto a inversão dos sentidos de trânsito de algumas perpendiculares à Avenida, designadamente para permitir que quem vem de Esgueira - do viaduto - e entra na Avenida, possa ter acesso à rotunda para a Avenida central, sem ter que ir às pontes (que é o que acontece actualmente), e portanto só esta modificação implica uma série de alterações ali nos sentidos que julgamos que irão de facto melhorar o trânsito. Aquela rotunda do Oita, irá ser também mudada e alargada, etc. Portanto, há toda uma série de sentidos que vão ser invertidos, as obras têm decorrido discretamente, isto é, penso que neste momento estão instalados os sistemas semaforicos, as ligações - na Rua Sr. dos Aflitos e noutras - e portanto, de um momento para o outro isso vai aparecer. Vamos perder alguns lugares de estacionamento, é certo, com a criação do sistema das bicicletas. Está a ser feito o tal inquérito, estamos à espera dos resultados e estamos convictos que vai ser um sucesso.

Os lugares de estacionamento que vamos perder, penso que a mais valia que a Cidade ganha, em ter um sistema original, inovador, divertido, prático, vale bem a pena.

Depois outras questões que foram suscitadas; o regulamento de cargas e descargas. De facto estamos a trabalhar nisso, faz parte do tal estudo de ordenamento do trânsito. Há propostas muito concretas sobre cargas e descargas. A breve trecho eu diria: esse plano poderá vir a ser posto em prática.

Queria lembrar entretanto em relação ao trânsito, que estamos a assistir de facto em Aveiro a algumas mudanças profundas e os hábitos têm que ser alterados: estamos a pedonalizar a Rua Direita - era uma velha aspiração de há muitos anos e neste momento está em obra; temos adjudicado o parque de estacionamento da Marquês de Pombal e o trânsito em principio também sairá daí, mas isso vai criar aí oferta de estacionamento que faz imensa falta, são quatrocentos e quarenta lugares nesse parque. A obra deve começar nas próximas semanas também; e temos adquiridos no quadro dos Serviços Municipalizados quatro “mini-bus” e mais quatro encomendados, que serão apresentados formalmente e estão já todos convidados, para no dia onze de Maio, no quadro das festas da Cidade, fazerem o primeiro percurso nesses “mini-bus”. A ideia é criar parques periféricos que sirvam para descongestionar o trânsito do centro da cidade, as pessoas possam deixar o seu automóvel e confortavelmente vir nesses “mini-bus” até ao centro da cidade e regressarem aos seus automóveis. São portanto mudanças importantes que julgamos que muito vão contribuir, para a qualidade de vida na Cidade.

Policia Municipal. É uma ideia que nós vemos com agrado e se quiserem associamos já esta questão à questão da insegurança. Sentimos falta da policia municipal para muitas coisas, designadamente: para fiscalização dos parómetros, das licenças, etc. Não penso que o que se esteja a passar em Aveiro, em termos de insegurança, como já ouvi dizer, seja uma excursão dos criminosos, que agora havendo um policia municipal no Porto, vêm a Aveiro porque estão menos vigiados.

Eu tive ocasião e por isso as minhas declarações para o jornal de hoje, creio eu, aparecerem com algum optimismo, porque acho que nós devemos estar alertados, mas não devemos ser alarmistas. E os dados que colhi junto da PSP, confirmam de facto que há um aumento dessa pequena criminalidade, mas é um aumento que resulta do facto, de os mesmos autores praticarem muitas vezes o mesmo tipo de crime. E portanto, houve um aumento estatístico mas não corresponde a um aumento generalizado da violência e da insegurança praticada por grupos indiferenciados. Não é assim. Eles estão devidamente identificados, alguns já foram detidos e os que não foram detidos, são menores, estão a ser devidamente acompanhados.

Portanto, eu acho que há razão para estarmos preocupados, porque de facto estes grupos se não forem devidamente acompanhados e encaminhados, geram outros grupos - rivais, às vezes - e pode-se gerar um movimento de facto, uma situação social grave. Mas pelo que pude perceber das informações da policia (e alguém disse ali há pouco, de facto, que os efectivos não se vêem, não se vê um único policia no Bairro de Santiago e na zona do liceu), é preciso ter presente que há alguns policias à paisana e são esses os mais eficazes, são esses que têm conseguido as detenções em flagrante. Porque obviamente que quando eles vêem a farda não fazem nada.

Isto para dizer que a percepção que a policia tem e com que eu fiquei, é que sem prejuízo do facto de sentirem necessidade de mais efectivos, porque de facto a sua área de patrulha cresceu muito e os efectivos são os mesmos - embora os meios técnicos também tenham melhorado, não há razões para milícias privadas, para andar aí de facto, com um sentimento de insegurança, de alguma paranóia. Não se justifica, a situação está sobre controle.

Sobre o José Rabumba que tem a cabine à frente; foi de facto uma situação transitória que não se encontrou outra, vai ser retirada logo que as obras ali acabem (e estão quase a acabar), e portanto isso vai ser corrigido naturalmente.

Sobre a Marinha da Troncalhada eu penso que há aí uma má informação. As lamas que estão a sujar a estrada, de facto, eu penso e também não quero estar a ser desagradável para outra

empresa, mas creio que são da responsabilidade da “SIMRIA”, com a instalação do intercessor que passa ali na Marinha da Troncalhada.

Por outro lado, estamos a fazer obras na Marinha da Troncalhada, porque finalmente vamos criar o Centro Interpretativo de que se fala há muito tempo: terá a forma de um palheiro, de um armazém de sal tradicional e portanto, esse trabalho está a ser feito para ver se no Verão temos isto inaugurado também. O roteiro Arte Nova, é uma das iniciativas que aparece nas festas da Cidade, julgamos que é de facto uma excelente oportunidade para definitivamente Aveiro ficar a ser conhecida, como a Cidade de Arte Nova. Virão cá um conjunto de especialistas discutir o problema. Virá o Sr. Ministro da Cultura ...

Editámos um CD com as casas da Arte Nova de Aveiro, com um verdadeiro roteiro que vai ser lançado nesse dia - já há um protótipo, e portanto creio que será um momento muito importante da afirmação do nosso património arquitectónico.

O Sr. Gaspar Albino, colocou uma questão sobre os Planos de Pormenor e em que ponto é que estavam os diferentes Planos de Pormenor.

Com efeito, a situação alterou-se em relação ao momento em que chegámos à Câmara. Nós encontrámos na Câmara, quando chegámos, vinte e oito Planos de Pormenor em elaboração simultânea. A conclusão é que a Cidade ficou parada, porque não houve capacidade, era materialmente impossível, humanamente impossível fazer esta gestão simultânea de vinte e oito Planos de Pormenor, e ainda por cima, não eram todos prioritários e portanto, nós a análise que fizemos, foi a de estabelecer prioridades, apostar fortemente naqueles que para nós eram mais importantes e os outros irem fazendo o seu curso, a um ritmo diferente, não quer dizer que estejam abandonados, quer apenas dizer que há ritmos diferentes, para que a Cidade não fique toda parada de uma vez, porque era de facto o que se estava a passar. Havia uma absoluta dependência da aprovação de um Plano e como só estava aprovado o plano da Baixa de S.^{to} António, e o Plano da Bica, tudo o resto estava dependente da aprovação do Plano. Portanto, a situação de facto era esta e não era boa quer para os operadores e investidores, quer para os homens do planeamento. O que é que se fez: nós privilegiámos os seguintes planos, que estão todos eles a andar; o Plano de Pormenor do Centro, o Plano de Pormenor da Baixa de S.^{to} António, que se trata de uma revisão, o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, pelas razões que eram conhecidas, e naqueles primeiros meses andou muito depressa e ficou praticamente pronto e agora vamos ver se não se atrasa muito mais, o Plano de Pormenor das Glicínias, o Plano de Urbanização da Cidade, o Plano de Urbanização de S. Jacinto, o Plano da Quinta do Cruzeiro e depois dois Planos de caris diferente, se quiserem, que é o Plano do Parque Desportivo e o Plano que vai da zona entre a lota e o TIRTIF, ali até à zona da APA, e ainda o das zonas industriais.

Foram estes que privilegiámos, que nos parecem corresponder, de facto, a necessidades urgentes; zonas industriais devidamente infra-estruturadas, planeadas, que tornem clara e transparente a possibilidade dos investidores aparecerem.

A zona central que de facto era uma cratera há muito tempo existente aqui no centro da cidade, o de S.^{to} António porque era uma revisão de um Plano que já estava feito; e de facto há toda aquela zona da traseira do Governo Civil, onde todos conhecem, estão umas casas abandonadas e em ruínas, é o coração da cidade que também tem que ser revisto; o das Glicínias, porque o grande investimento que ali está a nascer implicava de facto a feitura de um Plano de Pormenor. Depois o Parque Desportivo, por razões específicas; a zona da lota até ao TIRTIF também por razões que tem haver com o desenvolvimento do projecto da “Europa dos Pequenininos” e daquilo que se vai fazer até ao Porto Comercial.

Finalmente o Plano de Urbanização da Cidade, porque é o grande instrumento de planeamento que neste momento está a faltar, é o Plano de Urbanização da Cidade e é também uma oportunidade para revermos algumas coisas do PDM que não gostamos. O Plano de Urbanização de S. Jacinto é fundamental; está há dez anos a ser feito e é fundamental para o

desenvolvimento de S. Jacinto. E o da Quinta do Cruzeiro, porque já lá está gente a viver, os investimentos foram feitos e as pessoas, as infra-estruturas têm que aparecer; é outra área que está de facto em grande expansão.

Portanto, é este o ponto dos planos. Não abandonámos os outros, mas o ritmo é diferente naturalmente, senão não conseguíamos avançar em nenhum.

Depois o Sr. Prof. Britaldo, recordou a questão do PP do Centro e a conferência sobre a importância do Barreiro da Fábrica Campos e a sugestão do museu de história natural.

Eu assisti à conferência com toda a atenção, com muita curiosidade, como imagina. Esta Câmara não tem uma perspectiva meramente imobiliária da construção da Cidade e tínhamos dado provas disso, quando fizemos esta Planta do Centro, que justamente retirou torres com catorze pisos, que estavam em frente à fábrica, para privilegiar o património que aquela fábrica representa e criar mais espaços públicos de qualidade. É evidente que a componente científica e até o próprio, interesse não apenas turístico, mas científico de um geomonumento que tivesse relevo suficiente, não podia passar despercebida ou ser desconsiderada, desvalorizada por parte da Câmara de Aveiro. Portanto, ouvi com muita atenção e a impressão com que fiquei - da conferência - foi a seguinte: por um lado, talvez valesse a pena fazer uma avaliação mais extensa, não apenas focalizada naquele barreiro, para saber até que ponto é que aquele caso em concreto, é essencial para o estudo daquela época e para saber se não há outros geomonumentos na redondeza, como alguém disse. Porque há de facto outros barreiros nas redondezas e na região, que também poderiam servir os mesmos interesses científicos e portanto, achava que era interessante pormos aquele barreiro na balança, quando confrontado com outros; até por isto, aquele já está adulterado, como depois em conversa com o Prof. Pinto Carvalho e o Prof. Teles Antunes, eu lembrei: aquele barreiro está completamente adulterado, porque fez-se o talude da linha do caminho de ferro, que o amputou definitivamente e não é no talude, seguramente, da linha do norte que está o interesse geológico, isto por um lado. Por outro lado, não foi muito claro na conferência pelas razões que todos os que lá estiveram perceberam, que tipo de metodologia e de abordagem, é que se iria fazer ao aproveitamento do geomonumento enquanto tal. Compreendi da conversa que estava fora de causa, ir começar a fazer escavações, sob pena das casas do bairro de cima virem todas a baixo - isso penso que está fora de causa. A ideia era apenas, segundo me foi dito, manter a visualização dos diferentes estratos geológicos e isso parece-me interessante. Curiosamente na Câmara e estão aqui os meus colegas vereadores que não me deixam mentir, por coincidência, antes de aprovarmos a planta de implantação que prevê de facto a construção encostada ao barreiro, porque também tivemos algumas dúvidas que aquilo fosse um edifício fácil de fazer. Elaborou-se um segundo projecto alternativo, que tinha menos área de construção e que previa uns edifícios soltos do barreiro e portanto, permitindo completamente a visualização dos tais estratos geológicos que ali estão representados. E portanto eu diria, foi uma oportuna intervenção e creio que estão criadas as condições, para se chegar à conclusão, e eu isso acho de facto que os homens da ciência têm essa obrigação agora que suscitaram a questão - nos demonstrar que aquele barreiro em concreto, é o que interessa preservar e não outros mais interessantes, ao lado se calhar. Porque se for aquele, então a Câmara tem receptividade e até tem já soluções, para deixar o barreiro visível, valoriza-lo até, e naturalmente será um atractivo para a Cidade se conseguirmos recuperar os vestígios que lá foram indicados e constituir um museu ou uma sala de história natural, que dê conta dos nossos antepassados: dinossauros, tartarugas e crocodilos, entre outras espécies.

Portanto acho que está tudo em aberto, só queria corrigir porque isto depois às vezes aparece escrito na imprensa e dá aso a interpretações e a dúvidas: nós não aprovámos, torno a sublinhar isto, a Câmara não aprovou o Plano de Pormenor do Centro. A Câmara aprovou e é uma coisa que estava aprovada, era a planta da implantação do Plano de Pormenor do Centro. O Plano de Pormenor do Centro, tem que ser aprovado por esta Assembleia. E portanto, o que

nós iremos fazer agora na Câmara, é reflectir de novo em função do segundo projecto que tínhamos para aquele canto ali do barreiro e ver se de facto é compatível - como nos parece que sim - com a preservação da tal memória geológica.”

Presidente da Mesa:

“O Sr. Presidente não está aí a falar de Aveiro reivindicar a tartaruga que é nossa - é uma tartaruga aveirense - que está a fazer não sei o quê no Porto?”

Presidente da Câmara.

“A ideia apareceu de facto logo nessa conferência, de que os espécimes importantes que estão dispersos pelo país, regressem à base. É claro que também alguém lembrou, que há imitações de grande qualidade, ... mas então que fiquem as imitações lá, os genuínos que venham para cá. Acho que isso vamos conseguir recuperar com certeza.

Depois o Sr. Barbosa colocou-me aqui algumas questões, sobre a inspecção a casas que podem ter materiais inflamáveis e explosivos em toda a Cidade; até na policia, como eu me apercebi na minha visita, temos lá um paiol em pleno centro da cidade.

Eu em principio tenho que admitir, que está tudo com as licenças passadas, não nos chegou notícia de nenhuma infracção - isto é meio a brincar e meio a sério - eu sei que há de facto alguns casos que o preocupam, que tem conhecimento de alguns armazéns, na Beira Mar em especial, que sabe onde estão armazenados materiais inflamáveis ... ou nos aparecem denúncias concretas de situações ilegais, ou algum incidente acontece, mas nós não temos forma de andar a bater à porta das pessoas, a ver quem é que tem explosivos guardados. No entanto talvez possamos, ali no quadro da Protecção Civil, tentar inventariar essas situações perigosas e ver se está tudo em condições.

De resto também tem de dar a mão à palmatória em relação à primeira questão que colocou: a carta da Junta de Freguesia, que pedia que se mudasse a Avenida da Força Aérea, para Avenida de Sá-Barrocas; eu penso que estará dependente da Comissão de Toponímia, porque não me chegou recentemente nenhum “feed-back” em relação a essa questão - lamento de facto é um atraso.”

Presidente da Mesa:

“Desculpar-me-á o camarada Barbosa, mas não acho graça nenhuma ao nome. Eu gosto muito de Barrocas e de Sá, agora Avenida Sá-Barrocas! Salvo devido respeito pelos especialistas da toponímia. Depois além disso, quando se tira um nome de uma rua é preciso saber para onde é que vai esse nome.”

Presidente da Câmara:

“Depois houve uma questão muito importante, à qual eu não me quero furtar, que foi a questão colocada pelo Sr. Salavessa.

O Sr. Salavessa colocou uma questão, que foi relativa às relações entre Município e a Universidade, e sobretudo na sequência de comentários vindos a público, pelo representante da Associação Académica.

Eu devo dizer que a Câmara de Aveiro tem tido desde que tomou posse, as melhores intenções e as melhores práticas com a Associação Académica e queria dizer isto logo de entrada: eu acho que uma frase infeliz de um dirigente associativo ou minha ou de um vereador, a propósito dessas relações, não deve prejudicar o bom relacionamento que as duas entidades devem manter, no médio e no longo prazo. São às vezes infelicidades de circunstancia e eu tenho procurado desvalorizar sempre as coisas infelizes que tenho visto escritas na imprensa, porque acho que de facto, que se está a fazer uma má avaliação da atitude que esta Câmara tem tido em relação à Universidade e em especial à Associação Académica.

Bom, em relação à Universidade não há problema nenhum de facto, temos excelentes relações com a reitoria, temos variadíssimos protocolos assinados, todos no caminhar sentido de uma integração entre a Universidade e a Cidade, desde o protocolo para a zona da lota, desde o protocolo para o Lago do Paraíso, desde CD's, desde conferências conjuntas, etc., etc. Editámos agora a nossa Agenda Cultural da Câmara, a Agenda Cultural da Universidade, para que os públicos se misturassem e os espaços culturais também, portanto não há rigorosamente problema nenhum. Ainda agora deliberámos, em Câmara ceder à Universidade um terreno para a Escola Superior de Saúde, por um valor simbólico ... bom, as relações são excelentes.

Em relação à Associação Académica, de facto tem havido alguns mal entendidos. Eu gostava de lembrar que esta Câmara, pela primeira vez concedeu um subsídio à Associação Académica ..., pela primeira vez o pagou, porque de facto havia um protocolo, ou uma promessa de trezentos contos que nunca foi paga e que nunca foi assinado. Nós mais realisticamente, começámos a pagar e temos pago regularmente um subsídio à Associação Académica; eles acham que deviam ter muito mais, porque dizem que movimentam muito mais gente que algumas associações, mas esquecem-se que essas associações que movimentam menos gente e a quem nós damos mais subsídios, dependem exclusivamente, a maior parte das vezes do subsídio da Câmara, e que a Associação Académica, meus senhores, tem um orçamento de duzentos mil contos. E portanto, eu que sou responsável camarário e que não sou apenas dirigente académico, quando atribuo-o um subsídio, tenho que ter a noção mais ampla das coisas. Mas mais ainda e eu já agora quero dizer tudo para que não restem dúvidas: nós temos acordada a venda à Associação Académica de um edifício, por vinte e tal mil contos, que sabemos que no mercado, pode valer quatro vezes mais e para o qual tínhamos uma oferta nesse sentido e portanto, manifestações de boa vontade não nos faltam.

Mais ainda, esta Câmara dá agora para a Semana do Enterro, entre subsídio directo e ajudas variadas, cerca de três mil contos. Sabem quanto é que dá a Câmara de Coimbra para a Queima das Fitas? Dá quatro mil. E sabem quanto é que dá a Câmara do Porto, para a Queima do Porto? Dá quatro mil. Portanto em proporção, eu digo: nós damos muito mais apoio, do que câmaras mais importantes, a associações que são muito mais importantes que a Associação Académica de Aveiro. Bom, eu podia continuar, porque eles têm iniciativas excelentes; por exemplo, as bolsas para Timor; a Câmara de Aveiro foi a primeira entidade a contribuir para as bolsas para Timor e aprovou na reunião seguinte, umas centenas de contos, que enfim, penso que foram devidamente canalizadas para bolsas para os estudantes de Timor; depois queixam-se que nós não temos um Queimodromo, ou um espaço adequado para a Semana do Enterro; mas de facto isto é olhar só para o umbigo, porque a Queima das Fitas em Coimbra, que tem centenas de anos de tradição, está agora a começar a construir o Queimodromo e nós que chegámos à um ano, já estamos a construir um multi-usos, ou temos o multi-usos em concurso; e não percebo porque é que não utilizam o Pavilhão da Universidade, enfim, há aqui muita injustiça, completa injustiça.

Tem havido alguns comentários, ainda por cima com um ar de quem tem a razão toda e eu lamento ter de dizer isto; não têm razão nenhuma. E estão a avaliar a situação apenas em função da sua própria perspectiva das coisas, esquecendo que Aveiro é muito mais amplo e quem está numa Câmara tem que gerir coisas muito diferentes e muito mais amplas.

É claro que o argumento de que não votam cá, não vale nada, como se vê por isto que acabei de dizer; e alguns até votam.

Com isto quero dizer que faço questão de continuar a ouvir estas coisas e a engolir estas deficiências de análise, porque acho que não devo perder de vista. Há que manter boas relações de facto. Os dirigentes Associativos mudam e as Câmaras e as Associações continuam, e portanto temos de ter essa perspectiva de futuro e não deixar minar o ambiente por estas pequenas coisas.

Depois o Diogo Soares Machado, colocou-me a recorrente questão que me coloca sempre sobre a contratação de pessoal, e eu tenho muito prazer aqui em anunciar a seguinte situação: nós desde que entrámos, temos contratados a termo, trinta e três pessoas. Isto pode parecer um batalhão de assessores como eu já vi ai comentado; mas passando a discriminar, não vou dizer os nomes: temos três telefonistas, temos cinco auxiliares da acção educativa, temos seis trolhas, temos um técnico superior em planeamento regional e urbano, temos um fiel de refeitório, temos um coveiro, temos um técnico de segunda classe, temos um engenheiro civil de primeira classe, temos um pedreiro, temos dois jardineiros, temos um engenheiro mecânico, temos uma socióloga, temos seis técnicos profissionais de segunda classe, dois técnicos superiores juristas, e é este o quadro. Além disso, devo dizer-lhe que destas trinta e três pessoas que temos, destas só dezassete creio eu, é que foram contratadas inicialmente por nós, porque dezanove, são contratos a termo que já vinham do executivo anterior. Além disso ainda haverá que deduzir para que isto não impressione assim tanto, as pessoas que se reformaram, porque também se reformaram talvez umas onze pessoas.

Os assessores devem ser aí uns cinco ou seis, não vou dizer os nomes, vou dizer os perfis: um arquitecto, um homem dos SIG's (Sistemas de Informação Geográfica), dois economistas, o mosenhor João Gaspar e o Gonçalo para a juventude e desporto e um assessor de imprensa.

Em relação ao Aveiro Basket, eu tinha de facto prometido trazer cá o balancete e ele aqui está; há aqui um balancete em relação ao primeiro trimestre. A época desportiva não foi boa, os resultados não são famosos; também não são nada de grave, temos neste momento um saldo negativo de quatro mil contos, contas redondas.

Depois também se referiu a alguns rumores e algumas notícias que tem ouvido sobre uma sindicância ou sobre uma inspecção, eu não sei se se referia à sindicância ou à inspecção. Em relação à sindicância, ela foi concluída muito rapidamente, o que demorou naturalmente, foram os processos disciplinares subsequentes, estão neste momento na sua fase terminal, já hoje apresentei à Câmara os primeiros quatro processos; há mais, que recordei, três que sei que estão em vias de conclusão e que deverão ser presentes à Câmara na próxima reunião. Portanto esse processo está em fase de conclusão.

Depois a Câmara foi objecto também de uma inspecção do tribunal de contas - como eles chamam: inspecção concomitante - que é a inspecção geral que se faz, quando não há nada, digamos, de extraordinário a investigar. Como aliás tem sido objecto de outras inspecções: do IGAT, que está a decorrer também e que abrange os anos de noventa e cinco, noventa e seis, noventa e sete e noventa e oito, e outras que não vale a pena estar a referir.

O tribunal de contas fez o seu trabalho; apresentou-nos um relatório preliminar, que terá agora que ser respondido e é esse trabalho que estamos a fazer. Por mim devo dizer que estou satisfeito com os resultados do relatório; não porque eles me tivessem dito que estava tudo bem, mas porque as pequenas coisas que se encontraram, não são substantivas, são questões de procedimento e de práticas instituídas, que de facto têm sido corrigidas e portanto foi muito bom que este relatório tivesse aparecido, para que essas pequenas coisas possam vir a ser corrigidas. Eu posso dar alguns exemplos, não queria estar a levantar o véu, porque estamos na fase da resposta ainda, mas há coisas que se podem dizer; por exemplo: uma das coisa que nos censuram, é que nós não temos organizado o inventário do património mobiliário e concluíram que já desde oitenta e nove, que não era feito o inventário do património imobiliário. Claro que nós já temos algumas culpas, porque não o conseguimos fazer, neste período, e isto do ponto de vista da gestão das coisas públicas, moveis, é grave de facto, portanto tem que ser feito. Mas também é dito que nós já temos lá gente a trabalhar nisso e portanto que já estamos a trabalhar nisso. Enfim, há ali alguma matéria para arrumar a casa, é bom que tenha aparecido agora porque estávamos a seguir alguns procedimentos que não eram os adequados.

E depois há um outra coisa que nos é imputada, que nós consideramos que há ali uma interpretação de alguém com pouca experiência, e pensamos que a explicação que vamos dar vai explicar.

Sobre as distinções honoríficas, de facto a Câmara já aprovou a sua proposta em relação às personalidades e entidades que serão distinguidas este ano, com a medalha de prata, e as propostas que foram aprovadas, sem votos contra, foram as seguintes: o Sr. Eng. Mendonça, como sabem é actualmente Presidente dos Galitos há muitos anos, foi governador civil de Aveiro, entre outras coisas; o Sr. França Morte, que é um empresário na área da pesca há muitos anos, algumas décadas em Aveiro, Presidente da Associação Industrial de Aveiro, deu emprego a muitos milhares de pessoas, nestes anos em Aveiro; o Dr. Frederico de Moura, que está com noventa anos, um intelectual notável, Deputado da Assembleia duas vezes, o Padre João Gonçalves, pároco da Sé há vinte e dois anos, e na paróquia há trinta, e que se têm notabilizado pelo trabalho assistencial, que têm levado a cabo em diferentes frentes, e depois duas entidades, que é a fanfarras de S. Bernardo, que nos têm primado, desde que começou, nos últimos vinte anos, pela qualidade das suas intervenções e por toda a disponibilidade; e o centro assistencial de Eixo, que comemora oitenta anos, e que dinamizou o centro social de Eixo, e que mantém ainda hoje, uma obra relevante.

Foram estas as entidades este ano escolhidas e sentimos a propósito de outra intervenção que foi aqui feita, sentimos, não vos escondo, a conveniência, a necessidade, em rever o regulamento ao qual se pautam esta atribuição das distinções. Porque entendemos que por um lado as distinções honoríficas não se devem banalizar. Por outro lado, há de facto pessoas com méritos que mereciam a distinção da Autarquia, mas não uma medalha de ouro, não uma medalha ao mérito global, mas que são muito boas na sua arte, e portanto pensamos que o regulamento deveria ser mais flexível, no sentido de permitir por exemplo, a medalha ao mérito comercial, ao mérito industrial, ao mérito desportivo, ao mérito literário, e depois uma medalha para o mérito global, enfim, com os seus atributos pessoais, globalmente considerados. Pensamos que um regulamento deste tipo é mais justo, porque é sempre um exercício muito melindroso e muito delicado como imaginam, estar a pôr na mesma balança pessoas com vidas completamente diferentes, e portanto se houvesse alguma especialização, na área profissional, ou noutras, penso que poderíamos introduzir um momento de reconhecer mais justamente o mérito, sem banalizar. É um trabalho que terá que ficar para o ano.“

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado Sr. Presidente, serei breve. Quanto à minha questão, que coloquei ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, acerca da proposta de alteração ao regimento, ainda não ter vindo, eu gostaria de saber se o Sr. Presidente da Mesa gostaria de partilhar connosco a razão deste atraso? “

Presidente da Mesa:

“Gostaria, entra na próxima sessão.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Acerca de uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara, é que viemos a saber por mero acaso, que uma decisão desta Assembleia, que era a aquisição de um terreno para a construção de um parque de estacionamento, afinal não ia para a frente, por mero acaso, quer dizer, porque essa notícia, não foi dada à Assembleia. Porque eu partia sempre do princípio, que aquele terreno estava destinado para a construção de um parque de estacionamento, porque era essa a informação que nós tínhamos. E por isso aqui o meu protesto, pelo facto da casualidade da informação ter sido dada dessa maneira, acho que devia ter sido dada, na comunicação talvez, do Sr. Presidente da Câmara, não sei se nesta, ou noutra altura, mas devia ser uma

comunicação formal, de decisões que foram tomadas por esta Assembleia, e que depois não tiveram seguimento.

Uma outra questão, diz respeito ao plano do trânsito. Várias vezes já o Sr. Presidente da Câmara afirmou aqui, que há um plano de trânsito e eu continuo a insistir: eu acho que é razão mais que suficiente, até pelos protestos, já não só nossos, mas da população, de se poder marcar uma Assembleia quanto mais não seja extraordinária, para nós discutirmos, de alguma maneira, e darmos a nossa achega, aquilo que nós achávamos que devia ser o plano de trânsito, da cidade de Aveiro. Continuamos a fazer intervenções, pontuais, estamos a fechar ruas, estamos a construir uma pista de bicicleta, sem nós termos consciência, de qual é o plano que se prevê, para esta cidade. Mas eu reservava esta intervenção, sobre o trânsito para a comunicação do Sr. Presidente da Câmara.

Outra coisa, tem a ver com os próprios Planos de Pormenor. O Sr. Presidente falou nos dos vários planos de pormenor, que ainda vão ser postos à apreciação desta Assembleia, muitos deles dizendo, que a construção já lá está, ou seja, o que é que nós vamos aprovar, se a construção das Glicínias já avançou; se a construção da 109 está a avançar com as rotundas; a Quinta do Cruzeiro ... acabou de afirmar que muitos dos edifícios já estão construídos. Acho que as coisas se calhar estão a andar ao contrário.

Para terminar, não em desprimor das pessoas que foram invocadas, mas congratular-me pela nomeação ou agraciação que vai ser dada ao Padre João Gonçalves, pelo trabalho que tem feito, ao nível da dimensão social, dimensão essa que muitas vezes não é vista, porque é aquela que é passada com aqueles que não votam: com os presos, com os pobres, com os passantes; e por isso o meu apreço por esta agraciação que vai ser feita ao Padre João Gonçalves.

Eram só estes os meus comentários. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa:

“Acho que também apoio isso.”

Entretanto entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu felicitando-o por estes galardões, e vejo aqui que foram galardoados, homens ligados à indústria, à igreja e à política, e pelos vistos não vejo ninguém ligado à cultura. E tendo eu conhecimento que já no ano passado, foi enviado ao Sr. Presidente da Câmara, um currículo dum homem da Vera Cruz, um homem popular, ligado às raízes, e à cultura da Vera Cruz, e que no ano passado não teve possibilidade desse galardão, eu gostava de saber porque é que foi excluído, também este ano? É chamado o Sr. João Sacristão - é o sacristão da Igreja do Carmo.”

Vogal António Salavessa:

“Em relação ao único aspecto, da minha intervenção que foi referida pelo Presidente da Câmara, e penso que de facto as outras não obrigavam a isso, dá-me a entender até pelo tom, que à alguma crispação, pode não ser muito forte, mas há alguma crispação, nas relações do Sr. Presidente com a Associação Académica, que era bom que fosse feito um esforço, no sentido de as ultrapassar. Enquanto que as pessoas individualmente consideradas, podem se dar ou não se dar, isso não é relevante, mas já no que diz respeito às entidades, às instituições, acho que deve haver um esforço, e esse esforço, alguém terá que dar passos. Porque o Sr. Presidente disse que não é uma frase que perturba, eu tenho na minha frente, um editorial de muitas frases, de muitas palavras, do Jornal da Universidade, só sobre este tema, em que são feitas considerações, do género desta Câmara ter reduzido a metade, um protocolo já aprovado pelo executivo anterior. E depois, quando olhamos, quando fazemos um esforço de avaliação objectiva e vemos a

relação dos subsídios atribuídos pela Câmara no ano passado, que consta do relatório de actividades da Câmara, e se compararmos os três mil, ou os quatro mil contos que estão atribuídos à universidade, com as várias dezenas de milhares de contos, atribuídos a algumas outras instituições, acho que é questionável, a relatividade das coisas. Nós voltaremos ao assunto, certamente, quando da discussão do relatório de actividades, mas este relatório que aqui está, de facto indica isso mesmo, portanto a associação académica, com três mil contos no ano passado, e há aqui instituições que levaram (instituições, associações, clubes), que levaram cinquenta, sessenta mil contos, durante o ano passado. Portanto acho que é legítima alguma dúvida em relação a esta questão.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“É mais por uma questão de princípio. Eu mantinha o pedido de esclarecimento sobre a comissão da Câmara para as comemorações do 25 de Abril, que não foi dito. Claro que teci algumas considerações, sobre essas mesmas comemorações em Aveiro, eu gostaria de ter ouvido qualquer coisa sobre isso, mas começo a habituar-me de facto a nunca ouvir nada acerca daquilo que eu digo. Ainda não prometo, mas fica próximo, o meu silêncio, uma vez que não me querem responder.”

Presidente da Mesa:

“Não é isso! É que às vezes não há que responder; é uma coisa tão perfeita e tão categórica, que é obra prima, que não consente retoques.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado Sr. Presidente. Ora bem, pistas de bicicletas. Disse-me o Sr. Presidente que está um inquérito em curso, eu não percebo o interesse desse inquérito, depois de já terem sido adjudicadas as obras, melhor, depois das obras estarem em curso. Não sei bem qual é a vantagem disso. Porque se de facto se disser que não, também já não se recupera o dinheiro.

Por outro lado, aspecto de insegurança. Pelo que eu ouvi, de facto demonstra-se a impunidade, daquilo que foi denominado pequenos delitos, o que é complicado, temos que assumir que isso é situação, e eu pergunto mesmo, se serão pequenos delitos, o que se verifica, na medida em que a Dr.ª Virgínia Veiga, até nos informou, acerca de violação de jovens.

Depois quem fala de organizações de grupos de autodefesa, é a associação de estudantes, não sou eu, e parece que isso está em curso, portanto é importante. Portanto o que eu acho que é necessário agir já, penso que as afirmações do Sr. Governador Civil, são extremamente infelizes; dizer que a ocasião faz o ladrão, e a solução subsequente, é as pessoas andarem em grupo, e não levarem valores, e não andarem à noite muitas vezes, e não irem para sítios escuros, não me parece que seja solução, para protecção da cidade.

Depois, “Barreiro Adulterado”. É um problema de o ir ver; de facto este Barreiro está ligeiramente adulterado na continuação deste edifício e junto à linha férrea, mas logo a seguir, abaixo de todas as vivendas do Bairro do Liceu, é visível daqui, que as camadas estão perfeitamente perfeitas, e sem qualquer problema.

Depois outros Barreiros. Atenção que não são outros Barreiros. Barreiros que têm que ter a mesma idade daquele, em primeiro lugar; e em segundo lugar, como foi dito, nem em todos os Barreiros, mesmo da mesma idade, surgem estes fósseis. Há certos canais que estão preservados, em que é possível verificar estes fósseis; de modo que não é linear dizer: se há ali outro, mesmo que da mesma idade, se têm fósseis. Há de facto que estudar isso, e se de facto o Sr. Presidente está com interesse em averiguar isso, de facto há que estudar e avaliar isso, até porque as pessoas que cá vieram, disponibilizaram-se para fazer esse trabalho.

E finalmente, contínuo a sugerir e a insistir neste tal museu de história natural, por muitas razões, mas também por outra que é de facto, se não houver um museu destes, será difícil recuperar os fósseis que daqui, se foram embora, que além das tartarugas, são mamíferos primitivos, que é importante, os dinossauros, crocodilos tudo isso, era bom que fosse recuperado, e posto num contexto do museu.

Não me respondeu o que é que pensa acerca da contratação de geólogos, para uma Câmara Municipal. E finalmente, quero dizer só, e na continuidade do que disse o Sr. Salavessa, que quando pensamos em várias associações, que naturalmente e bem, recebem apoios da Câmara Municipal, embora possa parecer que a Associação Académica da Universidade de Aveiro, receberá muito dinheiro, até porque própria já de si, têm duzentos mil contos, como disse, atenção que convém verificar e comparar com as outras, o número de pessoas, que representam. Quer dizer, não há duvida nenhuma que neste momento na Universidade há cerca de oito mil e quinhentos alunos, o que é mais do que dez por cento da população de Aveiro, e portanto, há que ver as devidas proporções: os três mil contos, têm que ser de facto verificados, até porque pode ser que sejam demais, há que quantificar as coisas, ou pode ser que não, porque o problema aqui, é o problema dos custos/benefícios. Também com esta Semana do Enterro do Ano, até que ponto, é que há benefícios para a cidade. Até que ponto é que esses três mil contos, dão ou não origem a benefícios?”

Presidente da Mesa:

“Eu acho muito bem que se cuide da segurança. Mas acho muito mal que se comece a espalhar a ideia de que Aveiro que é uma cidade insegura. Desde logo porque é mentira; não é verdade. Tirando fenómenos ocasionais, de grupos de malfeitores, que são rapidamente detectados, identificados e punidos, normalmente, pode-se andar por Aveiro, a qualquer hora do dia ou da noite, sem guarda, sem segurança, até os coxos como eu podem andar à vontade, que ninguém os persegue. É por isto, e não é nenhuma crítica para os jornalistas, durante muito tempo só se falava de Aveiro por causa do “Aveiro Connection”, pela rede das prostitutas ..., por amor de Deus, vamos lá devagar; embora eu pense que há falta de polícia e de policiamento em Aveiro. Temos um contingente policial, não tenho isso estudado, mas parece-me insuficiente; não é problema de não se verem polícias fardados, porque por essa Europa fora não se vêem polícias fardados, mas, preocupa-me a ideia de que se possa generalizar a disposição de que Aveiro é insegura, porque não é verdade. Quem disser isso, não sabe o que são cidades inseguras, mas desculpem lá o desabafo. Mas o que me preocupa..., eu qualquer dia chego a Coimbra e pergunto: ó pá, já foste assaltado hoje? Coisa chata, não é?”

Vogal Gaspar Albino:

“Entretanto, não é em relação àquilo que eu disse, antes da ordem do dia, que gostaria de usar da palavra, mas era sim para me congratular, pelo facto de ter sido elencado um conjunto de nomes para serem homenageados no próximo dia doze de Maio, e entre esses nomes, constar o de um grande Aveirense; homem de cultura, como foi, é, e será, se Deus quiser por muito tempo, Frederico de Moura. Já aqui me tinha referido a ele, e fico profundamente satisfeito, por se lhe prestar justiça, adequadamente. Obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado Sr. Presidente. E também muito rapidamente, em primeiro lugar a questão do Museu de História Natural do Barreiro com interesse, paleontológico. Acho que o Sr. Prof. Britaldo, com a sua boa intenção de provar alguma coisa, não terá entendido hoje, a manobra a que se deve tirar a chapelada, extremamente bem gizada politicamente, do Sr. Presidente da Câmara. Porque se tivesse prestado atenção às palavras do Sr. Presidente da Câmara, teria ouvido dizer que as forças científicas teriam agora que provar, se realmente aquilo era o único

sitio que valia alguma coisa em termos paleontólogos, ou se poderia haver outros. E eu estava à espera que o Sr. Prof. Britaldo na defesa da sua dama, perguntasse ao Sr. Presidente da Câmara: ó Sr. Presidente da Câmara, então diga-me lá, quanto tempo dá o senhor às forças vivas da Ciência, para provarem isso. Porque daqui a um estalar de dedos, já temos o lago, e já temos a Edificação Sr. Prof. Britaldo. Portanto, alerte as forças vivas da geologia que o senhor conhece, para que provavelmente terão pouco tempo para fazer a prova que o Sr. Presidente da Câmara, aqui pediu, e pediu publicamente. A questão é politicamente esta. A bola está no lado da geologia, a bola não está do lado do Executivo neste momento; foi habilmente atirada para o lado de lá, com um lançamento de campo. E esta é que é a verdadeira questão, venha o que vier, ou venha o que não vier.

Em relação às questões que eu coloquei, uma ficou meia respondida; na próxima Assembleia Municipal, na próxima sessão voltarei à carga, mas uma não ficou de todo respondida, é que nem uma palavra sobre o assunto, e a curiosidade é esta: a pergunta sobre as contratações da Câmara, já tinha sido feita por mim, na ultima reunião, e na ultima reunião Sr. Presidente, nem uma palavra sobre o assunto, eu avisei-o pelo jornal que iria perguntar isto hoje e vá lá, já está. É verdade já está.

Se calhar vou ter que avisar novamente, antes da próxima sessão, que tinha perguntado e que voltarei a perguntar, quanto é que vão custar as obras de recuperação ou transformação do edifício do salão cultural?; e se a Câmara tem ou não tem, a efectiva intenção de utilizar aquele espaço, gastando aquele dinheiro, para aquilo a que propôs a esta Assembleia utilizar?; que é mudar o executivo do edifício actual dos Paços do Concelho, para ali provisoriamente, enquanto a futura solução não é encontrada. E esta é uma questão pertinente, creio eu. Se o Sr. Presidente quiser responder na próxima sessão, só faltam dois ou três meses. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, o mais breve possível. Folgo em saber da disponibilidade e do interesse inclusive, do Sr. Presidente da Câmara, em remodelar, repensar, a forma como são atribuídas as distinções honoríficas nesta cidade, e portanto, ficava aqui o repto, de já na próxima Assembleia Municipal, ser agendado um ponto para se começar a discutir essa questão. Obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Devo dizer que será agendado se a Câmara propuser, pessoalmente não acho que seja prioritário isso.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente dá-me licença que responda ali ao Sr. Diogo Machado. Na verdade, não penso nada que esta situação de ter transferido a responsabilidade para a parte científica da protecção daquele barreiro. Acho que não! Não foi nada endossado; mesmo porque eu tive oportunidade de responder dizendo, claramente, que aquele barreiro é reconhecido com uma determinada idade, e com características para ter aqueles fósseis, houve sugestões de outros barreiros; quem tem de demonstrar, que outros barreiros tem aquela idade, tem fósseis nas mesmas condições, é quem propuser a alternativa. Portanto desde que não haja alternativa, aquela existe.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Manuel Coimbra, “os PP’s andam ao contrário, porque já há construção”; bom, como imagina há de facto Planos de Pormenor que se fazem, onde só há mato e descampado, e há Planos de Pormenor que se fazem onde já há construções, e lagos. Portanto, há zonas que não estão com a mesma densidade de construir, e o que temos é

apenas isso, há zonas de facto que estão agora a ser ordenadas, agora dentro do plano de pormenor, onde já existem construções, algumas marcantes, e condicionantes, não escondo, é evidente.

Depois, quanto ao plano de transito, ele será apresentado logo que possível, e não vejo mal que se faça uma sessão extraordinária sobre isso, todos nós somos um pouco técnicos de transito, temos os nossos palpites, e às vezes bons. Também há lá soluções que nós não concordamos e portanto, é um bom momento para se discutir a cidade e os acessos, e toda a filosofia de mobilidade na cidade. Apoio essa ideia inteiramente.

A proposta do Sr. Barbosa, em relação à distinção honorífica, eu não conheço o senhor que referiu, e não ponho em dúvida que seja uma pessoa que mereça ser homenageada, mas lá está, eu penso que precisamos da tal grelha, para que se destinga, o mérito, segundo alguns critérios, porque senão, vamos pôr lado a lado pessoas que têm características muito diferentes; não estou a dizer que têm menos mérito, têm características muito diferentes. Um têm um enorme mérito científico intelectual, outro têm um enorme mérito porque toda a sua vida foi um homem generoso e solidário com os outros, etc., e portanto para não metermos tudo no mesmo saco, acho que é urgente procedermos dessa reformulação. E também não pareceu oportuno este ano, perante de facto as propostas que surgiram, misturar nomes, porque depois tínhamos que misturar muitos outros, que tínhamos em carteira também, com as características que acabou de anunciar; e estávamos a ser injustos com esses que ficariam então na sombra.

Sr. Salavessa, em relação à universidade. A crispação não é da minha parte, o Sr. Presidente da Associação teve a simpatia de ser simpático comigo no jornal. Agora ele crispou-se, ele próprio está crispado com a Câmara. E quando diz que diminuámos um protocolo para metade, é preciso dizer o resto - é que o prometido protocolo, previa trezentos contos, e nunca foi pago, e nós assinámos um protocolo, e estamos a pagar, ou seja, eles do zero passaram para o cento e cinquenta, não foi do trezentos para o cento e cinquenta.

É claro que eu acho também que isto tem que ser visto em termos de uma análise de custos/benefícios, e obviamente os espectáculos que esta semana têm tirado o sono aos nossos Municípios, que moram na Beira-Mar (que é um custo), a vantagem é que de facto toda a juventude da sociedade, está animada, e divertida, faz despesa nos bares, nos restaurantes, e portanto isto têm que ser posto em equilíbrio e Aveiro é uma cidade que esta semana de facto, esteve em festa, o tempo todo.

Sr.ª Dr.ª Virgínia, comissão da Câmara. Para que não diga que me esqueci da sua intervenção, a comissão da Câmara para as comemorações do 25 de Abril, era composta pelo Sr. Jaime Borges, nós Câmara convidámos um representante da Assembleia Municipal, e pensámos que seria um de cada partido, e assim foi, de facto a Assembleia Municipal indicou-nos os representantes dos partidos representados. Não sei se foram todos às reuniões, porque eu não fazia parte da comissão de organização, o Sr. Jaime Borges têm os outros nomes. Portanto a ideia da Câmara foi ter uma comissão aberta, e que estivessem representadas todas as sensibilidades, achámos que era isso que fazia sentido, para que como diz a Dr.ª Virgínia, não fossem sempre os mesmos a organizar. Porque de facto o 25 de Abril teve alguns protagonistas na altura, mais marcados, mas foi um processo que se desenvolveu e a consolidação das portas que Abril abriu para utilizar uma terminologia que era da época, foi feita por todas as forças políticas, e portanto acho que essa comissão, devia ter sido o mais alargada possível, porque o que está agora em causa, julgo eu nestas comemorações, é a nossa responsabilidade neste momento, não é tanto a de juntarmos os protagonistas, e fazermos uma festa para recordarmos os acontecimentos, é sabermos transmitir às gerações mais novas, a importância política, do que aconteceu; e isso faz-se melhor se de facto for feito com os agentes que são os grandes actores e beneficiários da democracia que na altura, foi instaurada, independentemente dos acidentes de percurso e das injustiças, que se possam ter cometido pontualmente. Estes processos têm sempre essas vicissitudes.

O saldo é muitíssimo bom, como todos sabemos, e esse tipo de pruridos em participar numa comissão destas, nesta ocasião, eram absolutamente destituídos de sentido, e foi uma pena. Mas de resto as comemorações, acho que se libertaram de alguma preocupação desse tipo, e de facto foram participadas por toda a gente.

O Sr. Prof. Britaldo, sobre a contratação de geólogos, para os trabalhos da Câmara. Eu acho que nós devemos recorrer aos geólogos, sempre que a obra o justifique, agora por sistema, creio que não será necessário, mas estou aberto a ponderar isso com os meus técnicos. Nós até agora digamos que, enfim, os prédios não andam por aí a ruir, os nossos Engenheiros, com os conhecimentos que têm, têm algum conhecimento dos solos, quando têm dúvidas, de facto e alguns estudos já nós fizemos, recorreremos aos geólogos.

Portanto eu diria, que neste momento a sensibilidade que temos, das necessidades dos serviços, é que caso a caso, podem ser necessários, quando são não hesitamos. Agora por sistema, desconfio que temos outras prioridades, não vos escondo, agora não quero com isto minorar de modo nenhum, a importância do trabalho dos geólogos.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito do que se faz sem os geólogos, ficava mais económico. Não tenha dúvida nenhuma, porque os tipos de fundações, e estudos geotécnicos, são fundamentais; a gestão da água também, e outras coisas do género. Mas e já agora eu sobre isso, amanhã publico o artigo no Diário de Aveiro.”

Presidente da Câmara:

“Em relação ao que disse o Diogo Machado - sugeriu-lhe uma advertência - e eu queria dizer claramente que não se justifica. Não têm que estar preocupado com eventuais transferências de responsabilidade para os cientistas, eu nestas coisas (nestas e em todas), procuro ser sério. Se temos ali uma jazida, ou um geomonumento, que pode ser uma mais valia para Aveiro, em termos geológicos, eu como lhe digo não tenho uma perspectiva imobiliária, da construção da cidade, a cidade faz-se de construções, mas também se faz destas mais valias científicas, e portanto eu não vou sequer passar a bola, a Câmara no desenvolvimento do projecto é que vai pressionar, para que esses estudos sejam feitos, porque se de facto tivermos ali algo que valha a pena preservar, pois vai ser preservado, valorizado, e vai engrandecer Aveiro, não tenho a menor dúvida disso. Não há aqui nenhuma manobra menos clara, a não ser a de valorizar Aveiro.

Em relação ao custo das obras que estamos a fazer no edifício cor-de-rosa, nós ainda não temos as contas finais, as obras estão em curso, estamos a apontar transferir para lá os serviços, de modo a que no dia doze de Maio, que é o feriado Municipal, já só se faça a sessão solene, no salão nobre, e tudo já esteja transferido, para o edifício cor-de-rosa (os serviços da Câmara).

Imaginamos, o quarto piso está pronto, o primeiro andar das finanças está mais atrasado, o rés do chão está quase pronto agora, e portanto pensamos transferir para lá a partir do dia sete.

Talvez se venham a gastar lá, tudo somado, quarenta, cinquenta mil contos, é o que penso, mas como digo ainda está o trabalho em curso.

Penso que respondi a todas as questões desta vez.”

Dado o compromisso assumido “terminar a reunião a horas que permitam acompanhar os estudantes nas comemorações académicas do “enterro do ano” da Universidade de Aveiro”, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais, a próxima reunião da presente Sessão para o dia 03 de Maio de 1999, pelas 18:00 horas.

Eram 24:00 horas do dia 29 de Abril.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.